

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
TERRITÓRIO GRANDE DOURADOS - MS**

**VITOR HUGO GARBIN
CONSULTOR TERRITORIAL**

**MEDSON JANER SILVA - RNC/SDT
SISTEMATIZAÇÃO**

I

Novembro de 2006

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AESCA	Associação Estadual de Cooperação Agrícola.
APOMS	Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural.
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária.
CIAT	Comissão para Implantação das Ações Territoriais.
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.
COOPAER	Cooperativa de Trabalho em Desenvolvimento Rural e Agronegócio.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
EFA	Escola Família Agrícola.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura.
FIEMS	Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul.
FUNAI	Fundação Nacional do Índio.
IAGRO	Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IDATERRA	Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MS	Mato Grosso do Sul
ONG	Organização não Governamental.
PPA	Plano Plurianual de Mato Grosso do Sul.
PRODEGRAN	Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados.
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.
SANESUL	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul SA.
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SEPLANCT	Secretaria Estadual de Planejamento e de Ciência e Tecnologia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
UNIDERP	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal.
UNIGRAN	Universidade da Grande Dourados.
VABP	Valor Anual da Produção Animal e Vegetal.
VAP	Valor Anual da Produção.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Municípios que formam o território da Grande Dourados e ano de criação.	10
Tabela 2.	Evolução da população nos Municípios do território Grande Dourados - 1991-2000.	20
Tabela 3.	Índices Demográficos Municipais do território.	21
Tabela 4.	Índices de desenvolvimento	22
Tabela 5.	Domicílios em situação de pobreza nos municípios do território.	23
Tabela 6.	Índices de intensidade de pobreza nos Municípios do território Grande Dourados - 1991-2000.	24
Tabela 7.	Distribuição das áreas ocupadas pelas diversas atividades econômicas nos municípios do território.	26
Tabela 8.	Distribuição de propriedades nos municípios do território.	27
Tabela 9.	Distribuição de pessoal ocupado nos municípios do território	32
Tabela 10.	Instituições do território Grande Dourados listadas pelos agricultores	38
Tabela 11.	Outras instituições existentes no território	40
Tabela 12.	Comunidades Negras Rurais do Estado de Mato Grosso do Sul.	51
Quadro 13.	Visão de Futuro do território da Grande Dourados.	53
Tabela 14.	Ações, Programas e Linhas prioritárias.	56
Tabela 15.	Projetos do PRONAF Infra-estrutura 2003 no território da Grande Dourados.	58
Tabela 16.	Projetos do PRONAF Infra-estrutura 2004 no território da Grande Dourados	59
Tabela 17.	Projetos do PROINF 2005 no território da Grande Dourados	59
Tabela 18.	Projetos do PROINF 2006 no território	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Microrregiões do território rural da Grande Dourados	13
Figura 2.	Mapa dos territórios rurais no Brasil	15
Figura 3.	Brasil e Regiões	15
Figura 4.	Estado do Mato Grosso do Sul com o território destacado	16

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Estratégia Metodológica de Apoio ao Desenvolvimento Territorial	11
Quadro 2.	Atividades desenvolvidas durante a vigência do convênio FCR/SDT/MDA.	12
Quadro 3.	Principais problemas e limitações do território.	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Relação entre a população urbana e rural nos municípios do território Grande Dourados.	19
Gráfico 2.	Distribuição das propriedades por área	28
Gráfico 3	Propriedades por área ocupada	28
Gráfico 4.	Valor Anual da Produção Animal e Vegetal por Município	30
Gráfico 5.	Produção nas propriedades rurais comparados com tamanho	31

SUMÁRIO

PLANO TERRITORIAL	1
DE	1
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	1
TERRITÓRIO RURAL DA GRANDE DOURADOS.....	1
- MATO GROSSO DO SUL -	1
TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS.....	7
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
.....	7
1. APRESENTAÇÃO GERAL.....	7
2. INTRODUÇÃO.....	9
2.1 PROCESSO METODOLÓGICO.....	10
2.1.2 Metodologia das Oficinas	11
2.1.2 Oficinas Realizadas.....	11
2.2. INSTITUCIONALIDADE.....	13
2.2.1 CIAT.....	13
2.2.2 Descrição do CIAT.....	14
3. DIAGNÓSTICO.....	14
3.1 MAPAS.....	14
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	16
3.2.1 Identidade.....	16
3.2.2 Principais indicadores sócio-econômicos.....	18
A. Índices demográficos: a dimensão do rural no território da Grande Dourados.....	18
B. A pobreza no território da Grande Dourados.....	23
C.A economia do território da Grande Dourados: a produção agropecuária e o setor formal urbano.....	24
D.Características gerais da agricultura familiar no contexto do território.....	25
Censo Agropecuário 1996.....	26
E. Análise Sistêmica.....	33
E.1 Subsistema de Produção.....	34
E.2 Subsistema de Transformação.....	35
E.3 Subsistema de Comercialização.....	36
3.2.3 Institucionalidades.....	37
A. Ambiente institucional de apoio.....	37
3.3 ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE SISTÊMICA E DA QUALIDADE DE VIDA DO TERRITÓRIO.....	41
3.3.1 Aspectos básicos sobre o capital social no território da Grande Dourados.....	41
A. Aspectos metodológicos.....	41
Produtos da agricultura familiar.....	42
Comercialização.....	42
Investimentos na Cadeia Produtiva do Leite.....	42
Associativismo e cooperativismo.....	43
Estudo de casos positivos.....	43
Assistência técnica.....	43
População Indígena.....	44

Outros.....	44
B. Quadro Resumo.....	45
C. Questões relevantes.....	47
4. VISÃO DE FUTURO.....	52
5. EIXOS INTEGRADORES.....	55
6. PROJETOS ESTRATÉGICOS (ESTRUTURANTES).....	55
7. AGENDA DAS AÇÕES TERRITORIAIS.....	58
8. CRÉDITOS.....	61
9. PROJETO DE SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PLANOS TERRITORIAIS.....	61
10. DATA E LOCAL.....	61

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

1. APRESENTAÇÃO GERAL

A decisão do Governo Brasileiro em propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, foi resultado de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil, que avaliaram como sendo necessária a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais, segundo uma abordagem inovadora.

Esta decisão teve como resultado a proposta de criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no âmbito do MDA, e a formulação de dois programas nacionais apresentados no âmbito do Plano Plurianual do Brasil, 2004-2007. Esses programas, a própria SDT, os demais órgãos da administração pública federal com ações confluentes no desenvolvimento sustentável, os governos estaduais e municipais, e um vasto número de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, além das próprias populações dos territórios rurais, constituem a base política, institucional e humana desta proposta.

O enfoque territorial implica no desenvolvimento endógeno e na autogestão. As regiões mais carentes de desenvolvimento são exatamente aquelas que apresentam os mais altos índices de analfabetismo e que sofrem, desde muito tempo, processos de exclusão social, de migração e de desqualificação dos serviços públicos.

Essas regiões estão dentre as mais pobres do País e, geralmente, possuem capital social pouco desenvolvido, devido a fatores econômicos (falta de meios, pobreza, desemprego); sociais (dependência, subordinação, pouca organização social); geográficos (isolamento, dificuldade de comunicações, limitantes naturais); educacionais (educação formal deficiente, analfabetismo, baixa informação e capacitação); e práticas políticas (pouca participação, clientelismo).

Esses elementos desfavoráveis reduziram dramaticamente as chances da

cidadania e da participação, acentuando as assimetrias sociais, econômicas e políticas.

Em algumas partes, os fatores desagregadores são parcialmente compensados por forte identidade cultural e pela solidariedade, desenvolvidas sobre práticas sociais de Fé, de trabalho conjunto, compartilhamento de recursos naturais escassos e uso comum da terra para criação de animais.

Em várias partes, o crescimento e institucionalização do capital social são vistos como uma espécie de ameaça ao poder político local, sendo mesmo comum que ocorram manifestações de alguns líderes locais contra as ações que procuram mediar demandas sociais e políticas públicas, já que a gestão social aparece como uma reivindicação em quase todos os fóruns, associações, sindicatos e outras formas de organização social.

São também regiões de capital natural pressionado por escassos recursos, como o semi-árido, ou por desequilíbrios eminentes, como a Amazônia, que requerem sistemas de apropriação fundados na preservação e na gestão cautelosa dos recursos naturais. Portanto, dificultam a apropriação pelo homem do capital natural, ou cobram dele o esgotamento precoce dos recursos naturais, reduzindo seus rendimentos e dificultando as condições de reprodução.

Quanto aos condicionantes humanos, social, político e ambiental, as indicações são as recorrentes de todos os estudos, demandas e propostas:

- Prioridade para a educação formal, acesso aos serviços de saúde e oportunidades de trabalho, de tal forma a reconstruir o capital humano no espaço de uma geração;
- Mobilização, organização, valorização cultural, capacitação, participação e desenvolvimento institucional, para construir o capital social;
- Renovação das práticas políticas e garantia de acesso às políticas públicas, para redução da dependência e avanço da gestão social;
- Inovações com tecnologias apropriadas e ecologicamente amigáveis, valorização dos recursos locais, difusão de conhecimentos contextualizados, “saber fazer” democratizados, diversificação econômica, para melhor usar os recursos naturais e preservar o ambiente.

Em todos os casos, faz-se necessário: investimentos públicos e privados focados nos territórios, proteção social dos grupos mais frágeis, informação,

capacitação e assistência técnica de qualidade. Sem esquecer os enfoques transversais temáticos da maior importância, tais como gênero, geração, raça e etnia.

A SDT adotou da academia a definição de Território: É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

E para território rural a seguinte definição: São os territórios, conforme anteriormente, onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais”. Nestes territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados. E para microrregiões rurais: As microrregiões rurais são aquelas que apresentam densidade demográfica menor do que 80 habitantes por km² e população média por município até 50.000 habitantes.

Com este enfoque definiu os critérios de seleção dos territórios rurais, a saber: Lista classificatória das microrregiões nos estados; número de agricultores familiares; número de famílias assentadas; municípios já beneficiados pelo PROINF e pobreza rural (menor IDH). Os quais, depois de selecionados em reuniões do CMDRS, movimentos sociais, associações e entidades representante da agricultura familiar, ocorrerá a homologação pelo CEDRS.

2. INTRODUÇÃO

O território Grande Dourados é formado por doze municípios, Dourados, Rio Brillhante, Itaporã, Caarapó, Glória de Dourados, Jateí, Fátima do Sul, Deodápolis, Douradina, Vicentina, Juti e Nova Alvorada do Sul. Estes municípios estão inseridos na região da Grande Dourados. Em 2006, por autorização da CIAT e homologação do CEDRS, ao território foi incorporado o município de Nova Alvorada do Sul.

A Tabela 1 apresenta todos os municípios que formam o território, bem como a distância para a capital e o seu ano de criação.

Tabela 1. Municípios que formam o Território da Grande Dourados e ano de criação.

Município	Ano de Criação	Distância para Campo Grande (Km)
Dourados	20/12/1925	214
Rio Brillhante	26/09/1929	150
Itaporã	10/12/1953	231
Caarapó	20/12/1958	264
Glória de Dourados	11/11/1963	263
Jateí	11/11/1963	248
Fátima do Sul	11/12/1963	232
Deodápolis	13/05/1976	245
Douradina	12/05/1980	185
Vicentina	20/06/1987	241
Jutí	14/12/1987	302
Nova Alvorada do Sul	18/12/1991	107

Fonte: SEPLANCT – MS, 2005.

2.1 PROCESSO METODOLÓGICO

No desenvolvimento das atividades na Fase I (Quadro 1) ocorreram oficinas de sensibilização, mobilização e articulação, assim como a constituição do CIAT, ND e NT. A CIAT através do ND articulou-se politicamente com os CMDRS e as secretarias municipais de agricultura e com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Mato Grosso do Sul para estabelecer um arranjo político na implementação de ações de desenvolvimento territorial na Grande Dourados.

Na Fase II a qual se refere ao planejamento e gestão do desenvolvimento, realizou-se a oficina de gestão e planejamento territorial da CIAT e a oficina de concepção básica do desenvolvimento territorial. Assim como, o estudo

propositivo, as linhas estratégicas do desenvolvimento territorial, modelo de gestão e elaboração de projetos setoriais e específicos.

2.1.2 Metodologia das Oficinas

Quadro 1: Estratégia Metodológica de Apoio ao Desenvolvimento Territorial.

FASES	I - FASE DE SENSIBILIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO	II - FASE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO	III- FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS, CONTROLE E AVALIAÇÃO
Tempo total desde início	SETEMBRO DE 2003 A MAIO DE 2004	MAIO DE 2004 A JUNHO 2005	JUNHO 2005 A NOVEMBRO 2005
AÇÃO DE APOIO – OFERTA	Oficina Nivelamento Conceitual e Metodológico (Estadual) Oficina Nivelamento Conceitual e Metodológico (Territorial)	Oficina Planejamento e Gestão Territorial (CIAT) Oficina Concepção Básica do Desenvolvimento Territorial Consultorias: Estudo Propositivo (FCR)	Oficina Gestão, Monitoramento e Avaliação do Desenvolvimento Territorial Rural
AÇÃO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO – DEMANDA	Acordo territorial, Compromissos territoriais e governamentais, Constituição dos CIAT's, Núcleos Dirigente e Operacional, Levantamento de Informações Preliminares.	Formação de grupos de trabalho setores priorizados Aprofundar o conhecimento da realidade; Definição das linhas estratégicas do DT; Consolidar um modelo de gestão; Elaboração de projetos setoriais e específicos.	Organização dos Arranjos Institucionais; Articulação de Políticas Públicas; Monitoramento e Avaliação dos Programas e Projetos. Consultorias: PLANO SAFRA (Fundação Cândido Rondon)

2.1.2 Oficinas Realizadas

Na Fase III e no 2° e 3° Ciclos (Quadro 2) foram realizados quatro oficinas e dois cursos como parte da estratégia da elaboração PTDRS. Ainda nessa fase a SDT/MDA discute nos territórios e também na Grande Dourados a importância da educação do campo e o desenvolvimento territorial. Para tanto foi realizado um seminário estadual com as lideranças do setor.

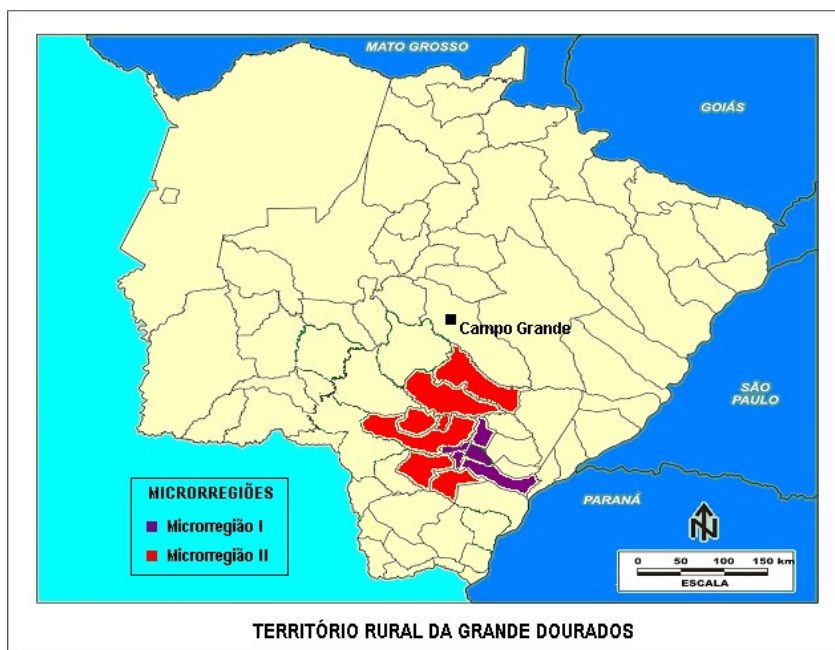
Quadro 2 – Atividades desenvolvidas durante a vigência do convênio FCR/SDT/MDA.

ATIVIDADES	LOCAL	DATA
Planejamento e Gestão Territorial (CIAT) (1ª F II)	Dourados	17 a 17/05/05
Concepção Básica do Desenvolvimento Territorial (2ª F II)	Dourados	09 a 11/08/05
Gestão, Monitoramento e Avaliação do Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (Fase III)	Dourados	08 e 09/09/05
Seminário Estadual de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial	Itaquiraí	08 e 09/11/05
Monitoria e Avaliação do PTDRS (1ª Oficina do 2º Ciclo)	Dourados	10 e 11/11/05
Estudo Propositivo da Grande Dourados	Território	2004/2005
Plano Safra Territorial	Território	Nov/05 a Mar/06
Monitoramento das Ações Territoriais (Oficina estadual)	Campo Grande	29 e 30/11/05
Monitoria e Avaliação do PTDRS (2ª Oficina do 2º Ciclo)	Dourados	09 e 10/03/06
Curso para Núcleos Diretivos e Técnicos das CIATs sobre gestão do PTDRS (Módulo I)	Dourados	18 e 20/04/06
Curso para Núcleos Diretivos e Técnicos das CIATs sobre gestão do PTDRS (Módulos II e III)	Campo Grande	29 a 31/05/06
Monitoria e Avaliação do PTDRS (3º Ciclo)	Dourados	06 e 07/06/06

Desde o início dos trabalhos da SDT realizados no território da Grande Dourados a instituição colegiada é a CIAT (Comissão de instalação das Ações territoriais). Destaca-se como uma ação relevante da CIAT a sua nucleação em duas microrregiões, com o intuito de proporcionar a maior participação dos atores sociais em eventos municipais e a implementação de projetos intermunicipais a saber:

- Microrregião I: Deodópolis, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí e Vicentina.
- Microrregião II: Caarapó, Douradina, Dourados, Juti, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante e Itaporã.

Figura 1. Microrregiões do território rural da Grande Dourados



2.2. INSTITUCIONALIDADE

2.2.1 CIAT

Toda a estratégia de apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais que está sendo implementada pela SDT/MDA desde 2003, está alicerçada na concepção de que o território rural deve se constituir em um espaço de integração, articulação e concertação da diversidade de atores sociais, identidades culturais, interesses políticos e políticas públicas que nele se manifestam.

Cada território se caracteriza pela diversidade de visões e interesses que buscam construir espaços de concertação, onde ocorrem articulações, entendimentos e negociações. Este espaço deve ser um fórum privilegiado e se constituir numa nova institucionalidade, agora de âmbito territorial, onde seja garantida e legitimada a presença dos diversos atores sociais existentes no espaço do território.

A Resolução nº 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), de 16 de fevereiro de 2005, preconiza que as institucionalidades territoriais devem construir espaços nos quais “a gestão social do desenvolvimento territorial deve ser concretizada por meio de espaços de debate e concertação, com transparência e participação”.

2.2.2 Descrição do CIAT

A configuração atual do CIAT é composta de 38 entidades com direito a voz e voto, sendo doze vagas das Prefeituras, doze vagas dos CMDRs, doze vagas dos STRs, três vagas do IDATERRA, uma vaga dos povos indígenas, uma vaga do MCC, além dos convidados: Universidades, EMBRAPA, IMAD, INCRA, APOMS, FUNAI, FETAGRI e MST.

O Núcleo Diretivo sofreu mudanças desde a sua primeira constituição em 2004 no sentido de garantir a paridade e a representatividade entre os atores sociais. Está hoje constituído de onze titulares (três Prefeituras, dois IDATERRA, quatro STRs, um CMDR e uma do MCC) e onze suplentes (sete Prefeituras, um do IDATERRA e três dos CMDRs). A coordenação é exercida pelo representante do IDATERRA de Dourados.

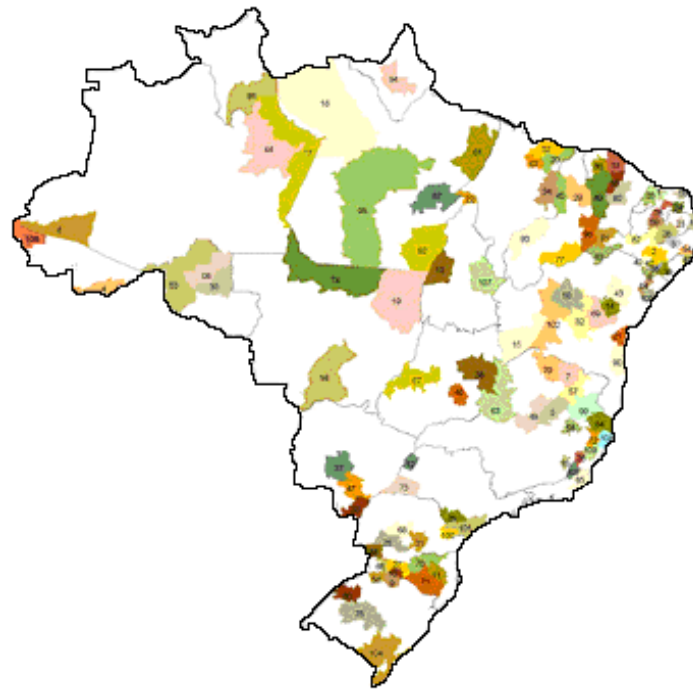
O Núcleo Técnico foi reestruturado em sua formação inicial em junho de 2005, abrindo espaço para novas entidades de assistência e de assessoria técnica. Hoje está constituído por técnicos do IDATERRA, IMAD, Prefeituras Municipais, INCRA, FUNAI, APOMS e EMBRAPA.

3. DIAGNÓSTICO

O diagnóstico preliminar foi desenvolvido a partir de dados secundários junto a órgãos oficiais estaduais e federais, como IBGE, Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda, Secretarias de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Consta de informações sobre o perfil demográfico do território da Grande Dourados, indicadores sócio-econômicos, aspectos quantitativos da produção agropecuária e da agricultura familiar, além de informações sobre as demandas e ofertas de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento rural sustentável. A coleta de dados secundários foi complementada pela análise de documentos e diagnósticos já realizados sobre o território da Grande Dourados.

3.1 MAPAS

Figura 2 - Territórios rurais no Brasil

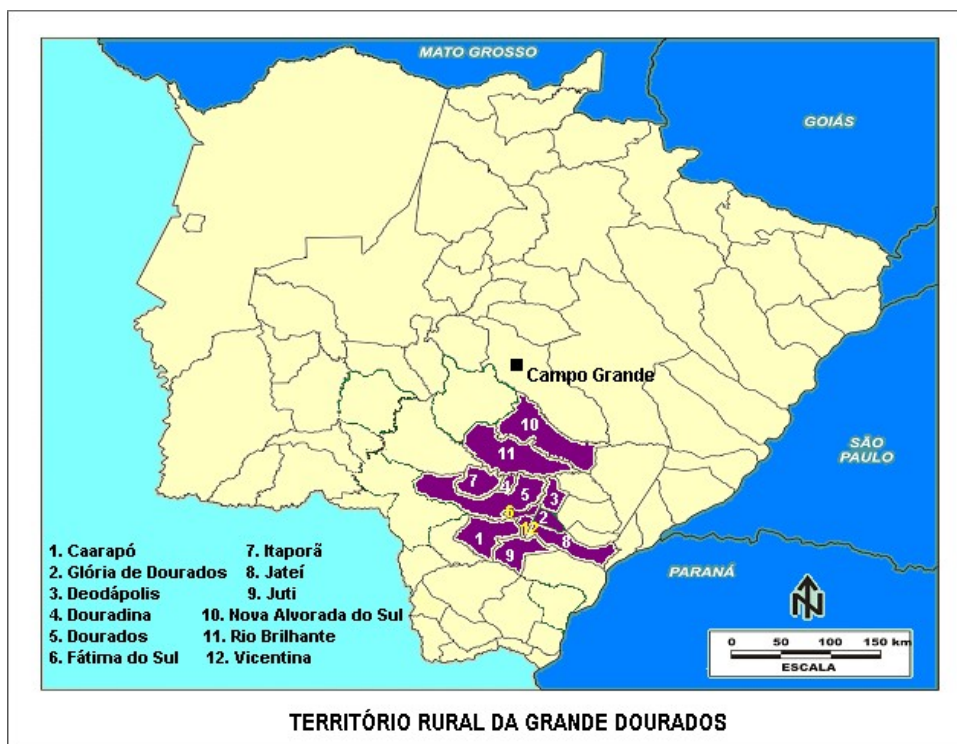


Fonte: SDT/MDA. Outubro/2006

Figura 3 - Brasil e Regiões



Figura 4 - Estado do Mato Grosso do Sul com o território destacado



3.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

3.2.1 Identidade

O processo de ocupação da região onde se encontram os municípios os doze municípios que formam o território da Grande Dourados iniciou-se com os índios Terenas e Kaiwás, no início do século XVIII, oportunidade em que eles dominaram todo o território compreendido entre o atual município de Rio Brilhante até o Rio Amambai e desde os campos de Maracajú até o Rio Ivinhema e o Rio Paraná, formando a nação Guaicurus.

No século XIX, em decorrência da Guerra do Paraguai (1864/1870), aconteceu uma grande alteração no perfil social da região, fruto da movimentação de milhares de soldados brasileiros e paraguaios disputando militarmente pontos estratégicos da região.

Com o fim da Guerra do Paraguai, soldados e ex-escravos ocuparam parte importante da região, iniciando assim, um processo lento, mas contínuo de ocupação pelo homem branco com agricultura de subsistência e criatório de gado, além de pequeno comércio de secos e molhados.

A Colônia Federal Agrícola de Dourados, criada pelo Decreto nº. 5.941 de 28 de outubro de 1943 a partir de uma iniciativa do Governo Federal que visava a colonização da fronteira com o Paraguai foi exemplo importante de reforma agrária no Brasil. Transformou-se em poucos anos no centro dinâmico da região, recebendo migrantes de todas as partes do Brasil, com destaque para os nordestinos que ali se instalaram em 1943, dando importante contribuição para o crescimento de Dourados e de outras cidades do território surgidas com base no sucesso empresarial da colônia.

Nos anos cinquenta e sessenta, atraídos pelo preço e a fertilidade das terras, agricultores do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e de São Paulo, com capital e bom nível de conhecimento técnico, estabeleceram-se na região contribuindo para a modernização da agricultura e da pecuária.

Nos anos setenta e oitenta, a região da Grande Dourados apresentou um vigoroso crescimento econômico estimulado pelos programas federais de apoio à modernização no campo, destacando-se, entre eles, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados POLOCENTRO e o Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados - PRODEGRAN, ambos voltados para modernizar a agricultura da região.¹ A tabela a seguir mostra a ordem cronológica de criação dos municípios do território Grande Dourados.

A região da Grande Dourados experimentou rápido crescimento econômico ancorado na exploração da grande lavoura (soja, milho e trigo) e na exploração da pecuária.

Os índices utilizados para medir o desenvolvimento social indicam claramente o recente processo de desenvolvimento que os municípios da região da Grande Dourados viveram.

Em um período de trinta anos, a economia regional transformou-se em importante referência no país, calcada na produção de grãos e da pecuária. Esse processo, no fundamental, ao mesmo tempo em que gerava emprego e renda, provocava fortes danos ao meio ambiente.

Em decorrência disso, parcela importante das terras estão degradada, rios antes caudalosos estão assoreados, restando pouco da cobertura vegetal e da

1 O MATO GROSSO DO SUL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

fauna regional até então exuberante.

3.2.2 Principais indicadores sócio-econômicos

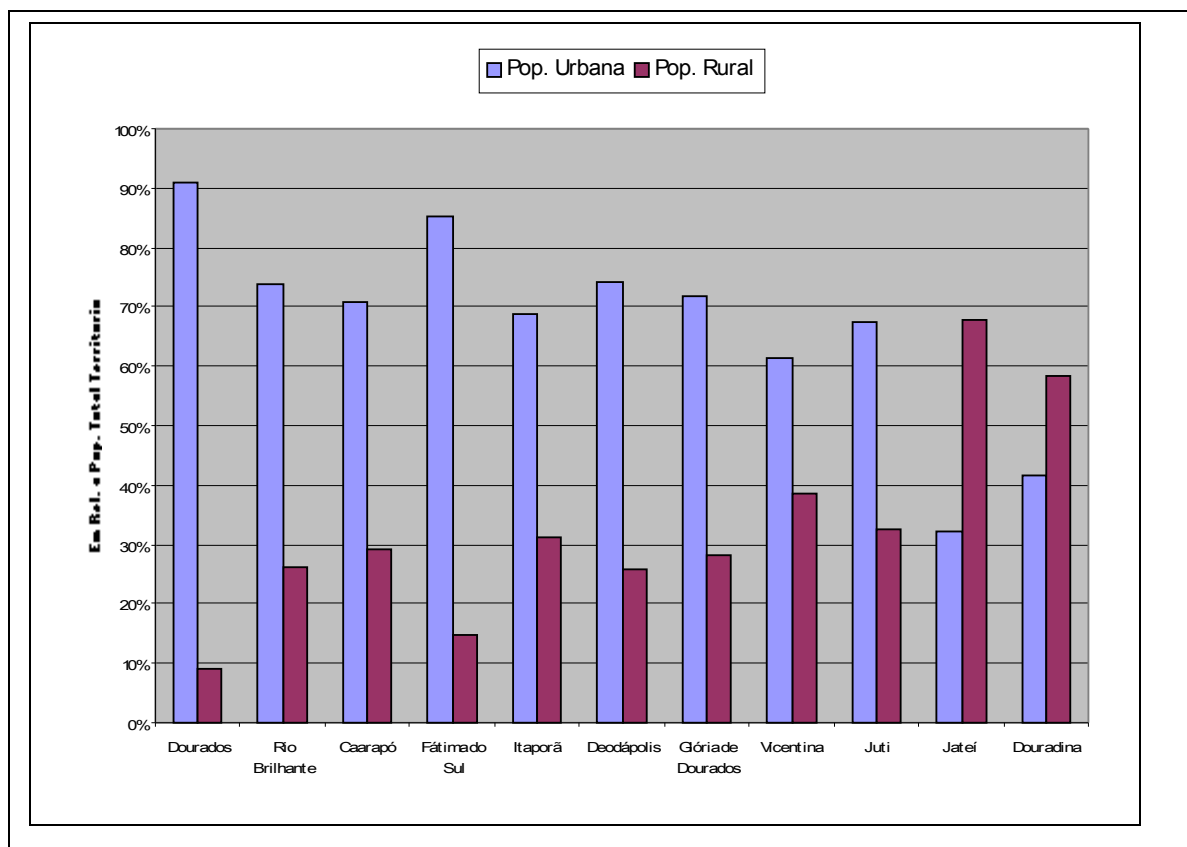
A. Índices demográficos: a dimensão do rural no território da Grande Dourados

Segundo o Censo de 2000, a população do território Grande Dourados é de 285.382 habitantes e esta população é predominantemente urbana com 83% vivendo na área urbana e 17% na área rural. A maior parte dos habitantes do território (58%) está concentrada no município de Dourados que é também o maior município em extensão. Neste município a população urbana é da ordem de 92% apresentando a maior disparidade entre a população urbana e rural dos municípios que compõem o território. A população do território Grande Dourados representa 13,7% da população total do estado. Da população restante do território, 42% está distribuída nos outros 10 municípios tendo em sua maioria a população urbana superando a população rural.

O município de Dourados está situado na região central do território constituindo-se em um grande centro consumidor, já que sua população representa mais da metade da população total do território.

O gráfico a seguir mostra a relação entre a população urbana e rural nos municípios que compõe o território.

Gráfico 1. Relação entre a população urbana e rural nos municípios do território Grande Dourados.



Censo IBGE-2000

A Tabela 2 mostra os indicadores de densidade demográfica², índice de urbanização³ e razão de dependência⁴ nos municípios do território.

Os dados sobre a evolução da população entre os anos de 1991 a 2000 mostram que a população do território teve um incremento de 24.956 indivíduos. Estes mesmos dados apontam um aumento da população urbana devido a mudança de parte da população rural para os centros urbanos em alguns municípios. Os dados apontam um total de 7.697 pessoas que migraram da área rural para área urbana entre os anos citados.

A tabela a seguir mostra o comportamento da população nos municípios do território entre os anos de 1991 a 2000.

² O indicador de Densidade Demográfica mostra a concentração da população humana em relação ao espaço.

³ Índice de Urbanização é comumente usada para classificação das áreas urbanas por tamanho, já que os benefícios e os problemas variam de cidade para cidade, em parte, de acordo com seu tamanho. A urbanização é reconhecida como uma dimensão intrínseca do desenvolvimento social e econômico.

⁴ A Razão de Dependência é expressa pelo quociente entre a população dependente e a população potencialmente ativa. Neste grupo estão incluídas as pessoas entre as idades de 15 a 64 anos, que em princípio estão inseridas no mercado de trabalho. Por sua vez, a população dependente é composta por pessoas muito jovens de 0 a 14 anos, que em tese, ainda estão fora do mercado e aquelas acima de 65 anos – que já estariam aposentadas.

Tabela 2. Evolução da população nos Municípios do território Grande Dourados - 1991-2000.

Município	População total 1991	População total 2000	População rural 1991	População rural 2000	População urbana 1991	População urbana 2000
Caarapó	22.492	20.706	8.227	6.050	14.265	14.656
Deodópolis	13.713	11.350	4.793	2.914	8.920	8.436
Douradina	4.741	4.732	2.254	2.029	2.487	2.703
Dourados	135.984	164.949	13.128	15.021	122.856	149.928
Fátima do Sul	22.155	19.111	5.202	2.831	16.953	16.280
Glória de Dourados	11.889	10.035	3.899	2.827	7.990	7.208
Itaporã	15.935	17.045	5.964	5.314	9.971	11.731
Jateí	4.986	4.054	3.639	2.751	1.347	1.303
Juti	5.273	4.981	2.199	1.616	3.074	3.365
Rio Brilhante	15.975	22.640	4.309	5.963	11.666	16.677
Vicentina	7.283	5.779	3.634	2.235	3.649	3.544
Total	260.426	285.382	57.248	49.551	203.178	235.831

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Quando comparado com os índices do estado, a densidade demográfica do território mostra que este ultrapassa em mais de 10 pontos o índice estadual. Enquanto no território a densidade demográfica esta em torno de 16,50 hab/km², o estado apresenta índice de 5,80 hab/km². Porém, dentro do território os índices variam muito tendo municípios como Fátima do Sul com índice superior a 60 hab/km² e Jateí que têm este índice na ordem de 2,10%. Os municípios que têm os menores índices de densidade demográfica, também são os que apresentam elevados índices de razão de dependência, o que pode indicar uma migração da população ativa para municípios que têm melhores condições de trabalho.

O Município de Juti apresenta um dos menores de índice de Densidade Demográfica e é também o que tem o maior índice de razão de dependência que é de 70%. A tabela a seguir mostra os índices citados nos municípios do território.

Tabela 3 - Índices Demográficos Municipais do território.

Municípios	Índices Demográficos		
	Densidade Demográfica (Hab/Km ²)	Índice de Urbanização (%)	Razão de Dependência (%)
Dourados	40,37	90,89	53,80
Rio Brilhante	5,68	73,66	58,50
Caarapó	9,91	70,78	62,70
Fátima do Sul	60,63	85,19	51,90
Itaporã	12,89	68,82	60,00
Deodópolis	13,65	74,33	57,70
Glória de Dourados	20,41	71,83	54,00
Vicentina	18,63	61,33	52,00
Jutí	3,14	67,56	70,10
Jateí	2,10	32,14	54,70
Douradina	12,80	41,45	62,20
Total do território	16,50	82,54	57,96
Total do Estado	5,80	84,10	55,40

Fonte: Censo IBGE/2000

O IDH-M⁵ do território é de 0,733 e está abaixo do índice do estadual que é de 0,778. Dos três indicadores utilizados para compor o IDH-M, a renda é o indicador que apresenta os valores mais baixos e faz com que o IDH-M do território seja baixo.

Os indicadores de desenvolvimento humano mostram que não há grandes disparidades entre o IDH-M dos municípios que compõem o território Grande Dourados quando comparados com o índice do estado, do País e de Santa Catarina, que é um dos melhores do país.

Quando comparados os índices de longevidade dos municípios percebemos que estes se mantêm dentro de uma faixa sem grandes disparidades com os indicadores estaduais e nacionais tendo inclusive alguns municípios superando o índice do país. O índice de educação mostra que quatro municípios apresentam índice superior ao nacional, refletindo assim o resultado de campanhas para que as crianças estejam na escola.

⁵ IDH-M—Índices de Desenvolvimento Humano Municipal é composto pela média de três índices; Longevidade, Educação e Renda.

Quando analisado os índices de renda de cada município percebe-se que estes acompanham os índices do território ficando pouco abaixo dos indicadores estaduais, nacionais e de Santa Catarina. Somente o município de Dourados se mantém próximo aos indicadores estadual e nacional.

Em todos os índices analisados nota-se que o município de Dourados apresenta excelente desempenho em relação aos demais. É neste município que se concentra a maioria das instituições de ensino, indústrias e também a grande produção agrícola e pecuária do território.

A tabela 4 apresenta os índices de desenvolvimento humano nos municípios do território com a apresentação de seus componentes e também estes mesmos índices do estado, do país e em Santa Catarina, estado utilizado como referência.

Tabela 4 - Índices de desenvolvimento

Município	IDH-M	IDH-M por componente		
		Longevidade	Educação	Renda
Dourados	0,788	0,758	0,878	0,729
Fátima do Sul	0,751	0,719	0,863	0,671
Rio Brilhante	0,747	0,719	0,840	0,683
Glória de Dourados	0,745	0,741	0,832	0,661
Deodópolis	0,739	0,767	0,813	0,638
Vicentina	0,727	0,719	0,810	0,652
Caarapó	0,715	0,719	0,798	0,629
Jateí	0,715	0,708	0,816	0,620
Douradina	0,713	0,675	0,818	0,647
Itaporã	0,711	0,678	0,809	0,647
Juti	0,710	0,767	0,751	0,611
Território	0,735	0,741	0,854	0,696
Estado	0,778	0,751	0,864	0,718
País	0,761	0,727	0,826	0,723
Santa Catarina	0,814	0,785	0,904	0,754

Fonte: IBGE 2000

O IDH-M-Educação é o componente que tem a menor variação entre os municípios e é também o que apresenta os maiores valores, seguido do índice de longevidade. O IDH-M-renda é o que tem as menores taxas fazendo com que o IDH-M do território seja menor que o IDH-M do estado.

B. A pobreza no território da Grande Dourados

Os índices que indicam os domicílios em situação de pobreza⁶ no território têm uma média de 30,6%, enquanto que no estado este índice é de 21,8%. Os municípios de Vicentina e Juti apresentam os índices mais elevados, 41% e 39,9%, respectivamente. A tabela 5 mostra os índices de domicílios em situação de pobreza nos municípios do território.

Tabela 5 - Domicílios em situação de pobreza nos municípios do território.

Municípios	Domicílios	Domicílios Pobres	
	Totais	Q	%
Caarapó	5.619	1.933	34,4
Deodápolis	3.214	1.273	39,6
Douradina	1.296	452	34,9
Dourados	46.072	13.176	28,6
Fática do Sul	5.693	1.941	34,1
Glória de Dourados	2.996	986	32,9
Itaporã	4.681	1.432	30,6
Jateí	1.147	384	33,5
Juti	1.415	564	39,9
Rio Brillhante	6.171	1.635	26,5
Vicentina	1.711	701	41,0
a) Território	80.015	24.477	30,6
b) Estado	577.362	125.865	21,8
c) % de a/b	13,9	19,4	-

Fonte: IBGE 2000.

⁶ Os domicílios em situação de pobreza são aqueles com saneamento inadequado e cujos responsáveis têm renda de até um Salário Mínimo por mês e freqüentaram escola por menos de quatro anos.

O índice que mede a intensidade de pobreza nos municípios do Brasil mostram que em cinco municípios do território (Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Juti e Rio Brilhante) houve um aumento na intensidade de pobreza entre os anos de 1991 a 2000. As causas deste aumento são complexas e pode ser aprofundadas num segundo momento deste estudo. A tabela 6 mostra os índices citados

Tabela 6 - Índices de intensidade de pobreza nos Municípios do território Grande Dourados - 1991-2000.

Município	Intensidade da pobreza 1991	Intensidade da pobreza 2000	Incremento
Caarapó	44,02	40,82	3,2
Deodápolis	45,64	39,84	5,8
Douradina	43,35	46,16	-2,81
Dourados	37,93	39,49	-1,56
Fátima do Sul	38,29	42,1	-3,81
Glória de Dourados	40,76	39,21	1,55
Itaporã	43,97	42,36	1,61
Jateí	43,76	39,09	4,67
Juti	45,48	50,63	-5,15
Rio Brilhante	39,62	43,97	-4,35
Vicentina	42,96	39,99	2,97

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

C. A economia do território da Grande Dourados: a produção agropecuária e o setor formal urbano

O município de Dourados é responsável por 68% de toda a renda mensal produzida no território. A concentração de indústrias e de grandes armazéns para produtos agrícolas, de onde sai a produção para exportação, pode ser a causa deste elevado índice. O território participa com 12,4% de toda renda mensal gerada no estado. Entre os municípios, a renda per capita não varia muito e não há grandes disparidades entre os valores apresentados.

Na produção animal e vegetal novamente Dourados se destaca, situação esta que também é percebida em outros municípios que ficam mais próximos a Dourados. Estes apresentam um índice mais elevado de produção, já que estes se beneficiam da infra-estrutura e dos investimentos realizados em Dourados. No-

vamente temos o setor de indústrias e comércio puxando o índice para cima. Acompanhando este indicador, temos também a maior receita pública do território no município de Dourados que sozinho responde por 77% da arrecadação de ICMS do território.

D. Características gerais da agricultura familiar no contexto do território

Segundo dados do censo agropecuário de 1996, a cultura temporária supera em muito a cultura permanente no território Grande Dourados, já que a característica do território é a produção de grãos e a bovinocultura de corte em grande escala. A cobertura nativa foi quase na sua totalidade substituída pela pastagem ou simplesmente retirada para a atividade agrícola. Quando comparado com a área total do território, a área utilizada pela lavoura permanente é insignificante (0,000676%) enquanto que a área utilizada para cultura temporária é da ordem de 17%, mostrando assim a grande ação antrópica no território. Em relação à área utilizada por estas culturas no estado, o território responde por 7,2% de cultura permanente e 21,4% de lavoura temporária.

Quando analisado os dados das áreas utilizadas pela pecuária, temos índices mais elevados de ocupação, onde 52% da área do território é utilizada pela atividade pecuária com pastagens plantadas e apenas 5% são utilizadas pastagens nativas. Em relação à área de pastagens plantadas do estado, o território contribui com 5,7% e as áreas nativas com 1,4%.

Se somados as áreas do território utilizados pela atividade agrícola e pecuária verifica-se que 74% de toda área do território é utilizada por estas atividades.

A tabela 7 mostra a distribuição das áreas ocupadas pelas diversas atividades econômicas nos municípios do território.

Tabela 7 - Distribuição das áreas ocupadas pelas diversas atividades econômicas nos municípios do território.

Municípios	Área total ocupada (ha)	Área conforme a atividade (ha)							
		Lavoura Temp.	Hort. e Produtos de Viveiro	Lavoura Perman.	Pecuária	Prod. Mista (Lavoura e Pecuária)	Silvic.	Pesca e aqüicultura	Exploração do Carvão Vegetal
Caarapó	187.336	30.252	6	68	137.034	19.129	847	0	0
Deodópolis	75.043	6.470	7	0	64.493	4.029	0	30	13
Douradina	24.696	13.634	0	85	6.602	4.311	31	33	
Dourados	350.325	111.872	191	23	199.549	38.515	62	112	
Fátima do Sul	22.798	12.883	9	35	7.871	1.999	0	0	
Glória de Dourados	45.252	2.081	0	230	41.664	1.259	17	0	
Itaporã	113.063	47.346	67	11	54.548	11.092	0	0	
Jateí	192.025	3.000	0	0	187.126	1.900	0	0	0
Juti	104.197	2.404	0	0	94.599	7.191	12	0	
Rio Brilhante	359.136	99.368	0	0	224.842	33.723	1.202	0	
Vicentina	29.266	5.628	0	51	21.083	1.503	0		
Território	1.502.142	334.938	280	503	1.039.411	124.651	2.171	175	13

Censo Agropecuário 1996.

Refletindo a indicação do uso da terra no território, o censo agropecuário de 1996 indica que predomina a propriedade voltada para a prática da lavoura temporária, pecuária ou atividade mista. É evidente estes dois eixos no território e o número de propriedades voltadas para outras atividades é pouco expressiva, destacando apenas os municípios de Dourados e Itaporã que apresentam, respectivamente, 24 e 11 propriedades de um total de 44 propriedades voltadas para a produção de hortaliças e produção de viveiros no território, juntas representam 80% das propriedades voltadas para esta atividade no território. Em relação ao estado, o território tem uma participação, em número de propriedades de 38,4% representando um forte índice de participação de toda a produção do estado. A pecuária responde por 12,5% das propriedades do estado que são voltadas a esta atividade.

Quando analisado a quantidade de área que ocupa as atividades de lavoura temporária, pecuária e atividade mista, temos que 99% de toda área do território Grande Dourados é utilizada para estes fins.

Com relação à distribuição dos estabelecimentos rurais no território, temos duas formas de olhar os dados disponíveis. Uma quanto ao número de propriedades distribuídas em faixas de tamanho e outra usando os dados referentes à área ocupada por três faixas de propriedades.

A tabela 8 mostra a distribuição das propriedades nos municípios do território agrupadas em duas faixas de tamanho.

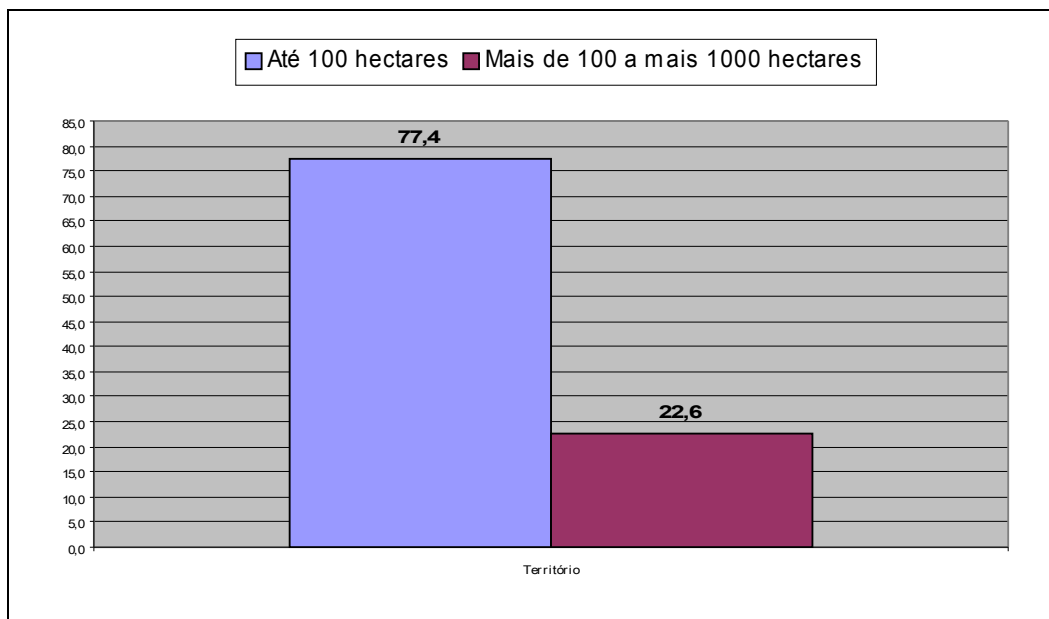
Tabela 8 - Distribuição de propriedades nos municípios do território.

Municípios	Estabelecimentos				
	Até 100 hectares		Mais de 100 a mais 1000 hectares		Total de Estab.
	Qtidade	%	Qtidade	%	Qtidade
Caarapó	742	72%	283	28%	1025
Deodápolis	703	82%	152	18%	855
Douradina	426	88%	56	12%	482
Dourados	1.647	75%	556	25%	2203
Fátima do Sul	752	95%	39	5%	791
Glória de Dourados	707	88%	96	12%	803
Itaporã	740	78%	207	22%	947
Jateí	287	63%	172	37%	459
Juti	61	39%	95	61%	156
Rio Brillhante	134	28%	340	72%	474
Vicentina	806	94%	53	6%	859
Total	7.005		2.049		9.054

Fonte: Censo agropecuário 1996.

O Gráfico 2 mostra esta mesma distribuição das propriedades por faixa. Onde 77,4% das propriedades do território têm até 100 hectares e 22,6% das propriedades têm mais de 100 ha.

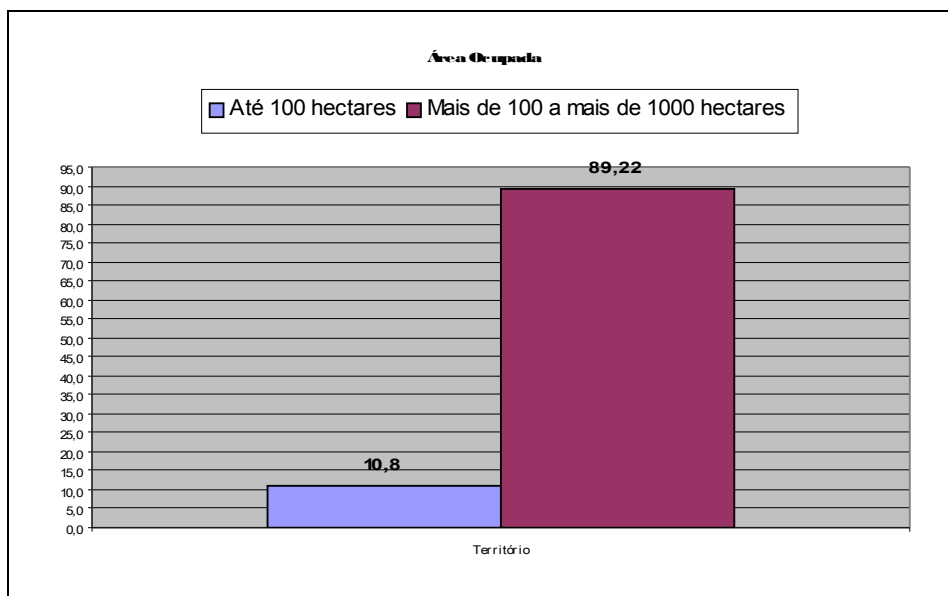
Gráfico 2. Distribuição das propriedades por área.



Censo Agropecuário. 1996.

Uma outra forma de se olhar os dados referente às propriedades do território é com relação à área ocupada. O gráfico 3 mostra os dados sob este ponto de vista.

Gráfico 3 - Propriedades por área ocupada. Censo Agropecuário. 1996.



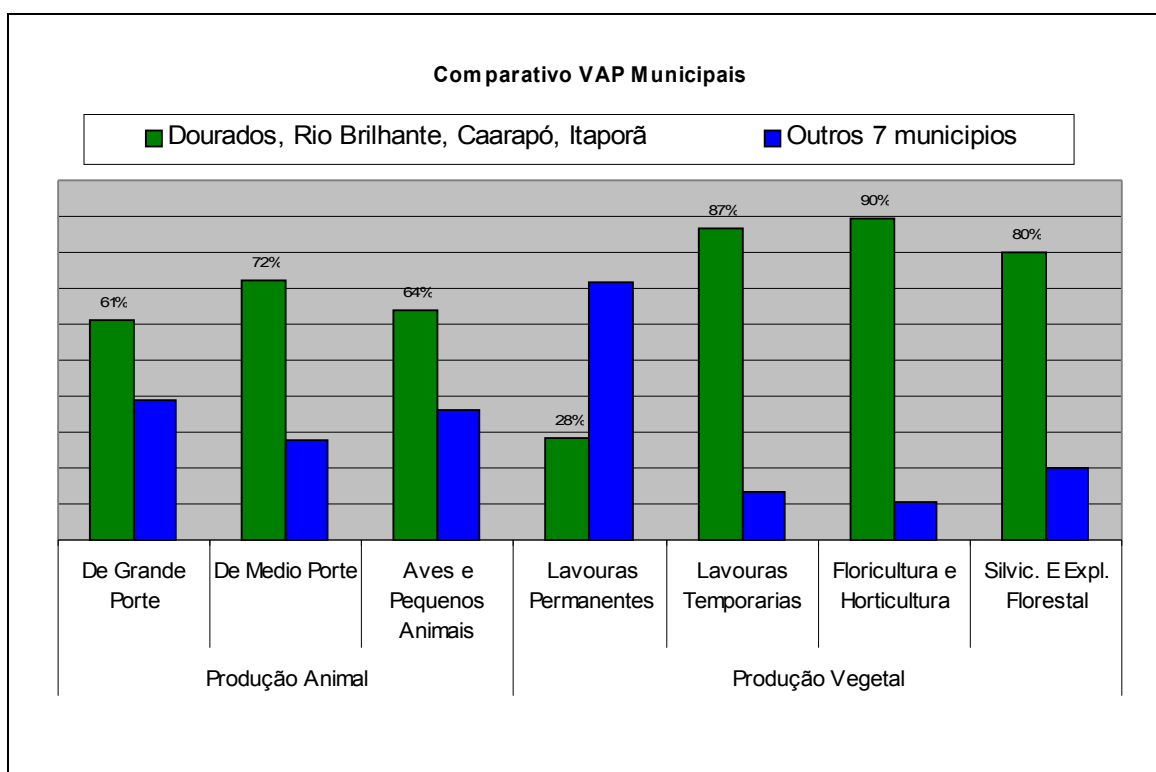
Estes dois gráficos mostram que há uma grande concentração de terras em um pequeno número de propriedades dentro do território. A maioria das propriedades rurais 77,4% tem menos de 100 ha e ocupam somente 10,8% da área total. Os municípios de Rio Brillhante, Dourados e Caarapó são os municípios que têm o maior número de propriedades com mais de 1000 ha.

O VABP-Valor Anual da Produção Animal e Vegetal do território está evidenciado pela participação expressiva da criação dos animais de grande porte (Bovinocultura de Corte, Leite) e pela produção de lavouras temporárias (Soja, Milho, Trigo). Na produção animal aparece também a criação de aves e pequenos animais, representado pela cadeia produtiva⁷ do frango e suínos. Esta atividade (Criação de aves e animais de pequeno porte) representa 30% da produção de pequenos animais do estado e a criação de animais de grande porte contribui com 8% do total do VAP do estado. Em comparação com a produção estadual, o território participa com 13% do VAP do estado. Com relação ao VAP do território, a criação de animais de grande porte corresponde a 35% do total do estado e a lavoura permanente contribui com 52,7% do VAP e somados estas duas atividades somam 88% de todo o VAP produzido no território.

Quatro municípios (Dourados, Rio Brilhante, Caarapó, Itaporã) se destacam na produção. O Município de Dourados concentra a maioria das indústrias e os outros três municípios fazem fronteira com Dourados. Essa proximidade com as indústrias faz com que estes quatro municípios apresentem a maior participação na geração de renda territorial. As lavouras temporárias estão concentradas nos sete municípios restantes. O Gráfico 4 mostra esta concentração na produção de renda em termos de porcentagem. Serão comparados estes quatro municípios citados com os sete restantes.

⁷ “... uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico ... e também um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre os estados de transformação, um fluxo de troca, situado de montante a jusante, entre fornecedores e clientes” (BATALHA, 1997, p. 24)

Gráfico 4 - Valor Anual da Produção Animal e Vegetal por Município.



Censo Agropecuário. 1996.

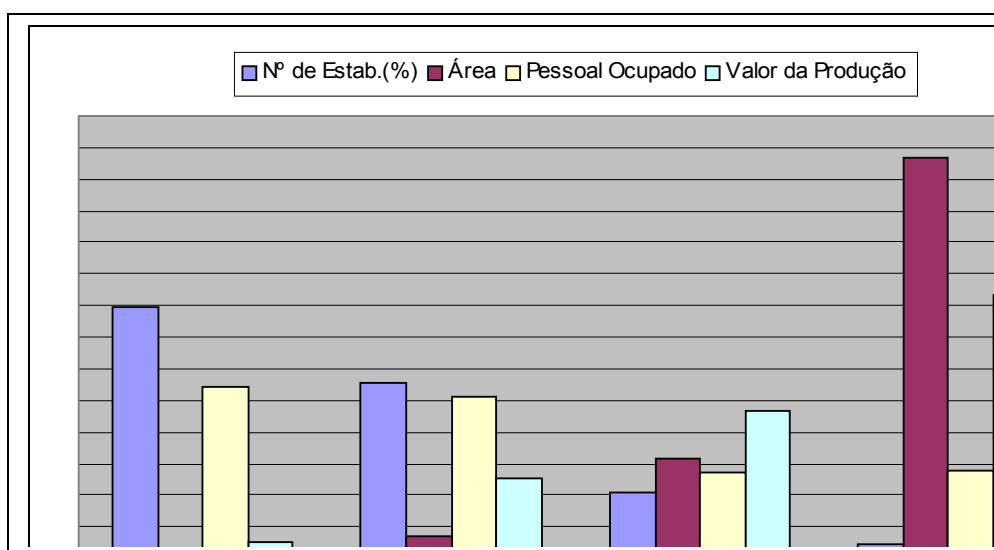
A maioria do pessoal ocupado em estabelecimentos rurais (63%), encontra-se em propriedades com até 100 ha que onde predomina propriedades da agricultura familiar e o restante (37%) dos trabalhadores estão em propriedades maiores que 100 ha. As grandes propriedades do território têm, em sua maioria, atividade concentrada na produção de grãos ou na pecuária. A agricultura da região é em grande parte mecanizada e a pecuária não exige grande quantidade de pessoal para sua execução. Estes índices podem indicar uma má distribuição da renda gerada pelo uso da terra no território já que a maioria de sua população depende de pequenas propriedades para sua sobrevivência.

No território ha uma tendência de diminuir o número de trabalhadores por propriedade à medida que aumenta a área ocupada pelo estabelecimento. É sabido que as pequenas propriedades geram mais empregos que as grandes e no território, propriedades com até 100 hectares empregam 62,60% do pessoal ocupado em estabelecimentos rurais mas, quando olhado sob o ponto de vista da produção estas mesmas propriedades contribuem com apenas 25,20% de todo

VABP do território. As propriedades com mais de 100 hectares empregam 37,4% de trabalhadores na área rural e produzem 74,8% de todo valor da produção animal e vegetal.

O VABP aumenta proporcionalmente ao aumento da área da propriedade e diminui o pessoal empregado, isto pode indicar a inserção da mecanização e a otimização da propriedade rural, seja ela voltada para atividade agrícola ou pecuária. O Gráfico 5, mostra a situação do território quando comparados os dados de número de estabelecimentos rurais, área das propriedades, pessoal ocupado, valor da produção.

Gráfico 5 - Produção nas propriedades rurais comparados com tamanho.



Censo Agropecuário. 1996.

Os dados sobre o pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais do território Grande Dourados mostra que 66% são responsáveis e familiares não remunerados, índice acima da média estadual que é de 52%. Em seguida, aparecem os empregados permanentes que representam 20% do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais do território. A maioria dos trabalhadores reside no estabelecimento rural com média de 70,2% bem próximo da média estadual que é de 71,7%.

Neste território predominam estabelecimentos onde os usuários são proprietários, que em média são 74%. No entanto este índice é menor que a média do estado que é de 83%. Quando analisado a questão de gênero os homens são maioria dos trabalhadores rurais mantendo a média de 74,18%, em quase todos

os municípios, tendo uma diferença maior apenas nos municípios de Rio Brillhante onde este índice chega a 89,36%. Em alguns municípios o número de mulheres que trabalham no campo é bem expressivo e o município de Glória de Dourados é o que apresenta o maior índice que é de 41,53%. Quando considerado o número de trabalhadores por propriedade temos uma média aproximadamente três trabalhadores por estabelecimento rural no território.

A Tabela 9 mostra a distribuição de pessoal ocupado nos municípios do território.

Tabela 9 - Distribuição de pessoal ocupado nos municípios do território.

Municípios	Pessoal ocupado (trabalhadores)								Total
	Até 10 ha	Mais de 10 a 20 ha	Mais de 20 a 50 ha	Mais de 50 a 100 ha	Mais de 100 a 200 ha	Mais de 200 a 500 ha	Mais de 500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha	
Caarapó	1.019	307	546	426	309	600	369	467	4.043
Deodápolis	625	524	1.124	397	294	293	83	86	3.426
Douradina	349	190	286	144	107	96	69	5	1.246
Dourados	1.424	542	1.106	579	583	863	573	597	6.267
Fátima do Sul	813	628	679	233	154	111	3	0	2.621
Glória de Dourados	455	713	1.133	476	244	223	103	0	3.347
Itaporã	755	453	608	395	291	366	260	212	3.340
Jateí	67	171	525	108	113	170	87	428	1.669
Juti	22	44	54	32	51	124	98	251	676
Rio Brillhante	59	43	105	179	286	489	241	2.170	3.572
Vicentina	716	363	516	191	97	79	21	3	1.986
Total	6.304	3.978	6.682	3.160	2.529	3.414	1.907	4.219	32.193

Censo Aropecuário 1996.

E. Análise Sistêmica

Os sistemas de produção, transformação e comercialização do território Grande Dourados apresentam uma certa complexidade, pois a região tem um sistema produtivo bem ativo tanto da agricultura patronal quanto da agricultura familiar. É uma das regiões mais populosas do Estado de Mato Grosso do Sul e está próxima a grandes centros consumidores e corredores de escoamento para pro-

dução. A região é bem servida por estradas que ligam o Centro Oeste aos portos de Paranaguá e Santos, possibilitando que parte da sua produção seja exportada para outros países. Indústrias que atuam em vários setores, inclusive no processamento de produtos oriundos da agricultura, se instalaram na região tornando-a o centro econômico do estado. A proximidade com grandes centros e a facilidade de escoação da reprodução por estradas também facilitou seu desenvolvimento.

Grande número de produtores familiares estão inseridos no processo de produção da agricultura patronal como os que plantam soja e participam de cadeias integradas de produção de aves e suinocultura. Apesar de haver outros planos de desenvolvimento que prevêem o desenvolvimento da agricultura familiar, estes ainda não conseguiram dar resultados efetivos, ficando apenas nos planos. A região carece de um projeto que pense e execute ações para o fortalecimento da agricultura familiar no território. As estruturas montadas para atender a produção da agricultura familiar não atende a todos e a presença do “atravessador” ainda é grande na comercialização dos produtos.

Apesar dos agricultores familiares apontarem para a necessidade de um sistema de comercialização dos seus produtos, os investimentos do PRONAF nos últimos anos foram quase todos destinados a cadeia produtiva do leite. Ações isoladas para organizar algumas cadeias produtivas existem no território como é o caso do mel e de produtos orgânicos, porém não há uma organização que englobe todos os produtores familiares do território. Estes fatores influenciam diretamente o capital social⁸ da região e principalmente os jovens, sentem falta de perspectiva no meio rural e cada vez mais procuram as cidades para estudar e trabalhar.

E.1 Subsistema de Produção

No sistema de produção no território Grande Dourados predominam na agricultura, a grande produção agrícola mecanizada de grãos, e na pecuária a bovinocultura de corte, suinocultura e criação e abate de aves. O território é um dos grandes produtores de grãos (soja, milho e trigo) e carne do país. Quase a totalidade das culturas do território é do tipo temporário, variando entre a safra e a sa-

⁸ Em termos gerais, o capital social se define como “o conjunto de valores compartilhados, capacidades para atuar sinergicamente, gerar redes e acordos no interior da sociedade” (KLIKSGBERG, 1998).

frinha. Parte da produção sofre pequeno beneficiamento dentro do próprio território. O bioma cerrado, devido ao relevo ser pouco acidentado, favoreceu a mecanização. A cobertura natural foi quase que na sua totalidade substituída pelas pastagens para atividade da bovinocultura de corte ou simplesmente retirada para a atividade agrícola.

Existe um grande número de propriedades da agricultura familiar que estão integradas no sistema de produção do território através de sistemas de integração de cadeias produtivas. A suinocultura e a criação e abate de aves são as que mais utilizam a estrutura da agricultura familiar para compor sua cadeia produtiva e nem sempre esta integração é vantajosa para o produtor familiar, já que ele fica cativo das políticas das empresas que dominam o setor.

A agricultura familiar também contribui expressivamente com a economia do território através da cadeia produtiva do leite que tem retorno econômico imediato ao produtor. Esta cadeia produtiva é bem desenvolvida e vem recebendo incentivos por parte do governo do estado e governo federal e os dados estatísticos mostram que ela está em crescimento nos últimos anos.

A agricultura familiar abastece, principalmente o mercado local de Dourados com produtos hortifrutigranjeiros e demais produtos que não necessitam de industrialização, o que faz com que estes produtos não tenham valor agregado gerando assim pouca renda a agricultura familiar.

Durante apresentação preliminar dos dados do Estudo Propositivo na região da Grande Dourados, foi proposto um trabalho de grupo onde os participantes indicaram os produtos de maior importância para a agricultura familiar e quem compra do produtor possibilitando que se tenha uma compreensão de como esses agricultores vêem a produção no território. A soja, aparece citada em três grupos, sendo que em um deles é citado como principal produto, evidenciando que o produtor familiar no território procura se beneficiar da estrutura existente que atende principalmente a agricultura patronal. Outra evidência dos dados coletados pelo grupo é a figura do “atravessador” que aparece em quase todos os produtos.

Outra característica da agricultura familiar no território é a falta de organização entre os produtores. Predomina a visão individualista onde cada produtor procura o melhor comprador e preço para sua produção, o que explicaria a presença forte do atravessador que compra a produção de cada um e faz o volume neces-

sário para abastecer mercados e indústrias locais. Outra situação observada é o pouco conhecimento do agricultor familiar sobre o que acontece com seu produto após a venda e uma justificativa dele para vender ao atravessador é que este garante a compra de seu produto, mesmo pagando um preço baixo.

A produção da agricultura familiar no território é bem diversificada, porém esta diversificação não significa melhores condições de preço ao produtor, já que a produção não obedece a um sistema lógico dentro do território. Geralmente são plantados aqueles produtos que estão mais em evidencia e que o produtor acha que vai dar mais lucro, mas, muitas vezes a plantação não tem a garantia de venda e ele acaba vendendo sem ter como negociar com o comprador.

E.2 Subsistema de Transformação

A estrutura de transformação no território Grande Dourados é bem atendida por um grande número de indústrias, ao todo são 473 estabelecimentos industriais distribuídos em 20 ramos de atividades. No estado são ao todo 9.639 indústrias, segundo cadastro da FIEMS, sendo que no território estão instaladas 5% dos estabelecimentos industriais do estado. Em sua maioria as indústrias estão voltadas para as áreas de esmagamento de soja, açúcar e álcool, criação e abate de aves, frigoríficos e laticínios, setores dinâmicos da economia regional, com razoável grau de diversificação e verticalização da cadeia produtiva. Por outro lado, verifica-se também que parcela expressiva dos demais produtos, principalmente da chamada pequena produção, sai da região com baixo valor agregado, desperdiçando emprego, impostos e renda, em decorrência da falta de indústrias para processá-los. Os dados indicam a existência de estabelecimentos industriais atuando nos segmentos de álcool e açúcar, beneficiamento de soja, madeira, laticínios, frigoríficos, mineração, curtume, graxaria, macarrão, biscoitos, vestuário, calçados, metal-mecânica, panificação, fecularias e outros.

O município de Dourados é considerado o centro industrial do território e região abrigando cerca de 295 indústrias. No município de Rio Brillhante, há uma grande usina de álcool e aquele município é o grande produtor de cana de açúcar do território.

Durante oficina Territorial do MDA/SDT realizada no município de Dourados nos dias 15 a 17 de junho foi solicitado aos participantes que listassem as

principais indústrias instaladas no território que beneficiavam/transformavam produtos da agricultura familiar, bem como o destino dos produtos ou subprodutos. O resultado do trabalho mostra que os Agricultores Familiares conhecem a estrutura de beneficiamento do território e que se beneficiam das indústrias existentes para agregar valor aos seus produtos, porém, estes competem em preços com os produtos da agricultura patronal como é o caso do trigo e gado de corte. Existem poucas indústrias para atender a produção somente da agricultura familiar.

E.3 Subsistema de Comercialização

O subsistema de comercialização está integrado ao sistema de produção para alguns produtos do território. No caso da produção de grãos (soja, milho, trigo) os produtores entregam a produção nas unidades receptoras ou armazéns por onde passam por alguns procedimentos como secagem, para posteriormente serem comercializados por estas mesmas unidades receptoras, ou para as indústrias dentro do próprio território ou para fora. Dentre as indústrias existentes no território, estão unidades de esmagamento de soja e processamento do milho, os subprodutos são então utilizados na produção de ração e vão integrar cadeias produtivas dentro do próprio território ou são enviados a outros centros ou ainda exportados para outros estados e países, como é o caso do farelo de soja e derivados do milho.

Da propriedade familiar no território saem duas categorias de produtos, uma que é formada pelos produtos da agricultura patronal e que seguem o mesmo caminho da grande produção e são comercializados juntos por grandes armazéns. Já os produtos que são para consumo local, como os hortifrutigranjeiros são em sua maioria adquiridos do produtor pelo “atravessador” ou são vendidos diretamente aos consumidores finais. No caso da cadeia produtiva do leite, o sistema de coleta já está bem estruturado e os laticínios da região fazem o transporte do produto do até as indústrias. Estas indústrias atendem a demanda local e exporta o excedente.

O produtor da agricultura familiar no território participa de alguns sistemas integrados de produção como no caso de aves e suínos. A produção então é comercializada diretamente pelas indústrias de transformação (frigoríficos) que posteriormente vão comercializar o produto final, onde parte da produção abastece o

mercado existente no território e parte é exportada para outros municípios do estado ou do país.

3.2.3 Institucionalidades

A. Ambiente institucional de apoio

O ambiente institucional de apoio no território Grande Dourados é bem rico de ofertas, contendo uma pluralidade de instituições que vão desde a assistência técnica rural à pesquisa científica e melhoramento genético. Algumas reconhecidas nacionalmente como a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que desenvolve pesquisas diversas nas áreas de melhoramento genético animal e vegetal e pesquisas voltadas para as atividades agropecuárias. São quatro instituições voltadas para o ensino superior (UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UNIGRAN – Universidade da Grande Dourados, UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do estado e da região do Pantanal. Existem também as instituições no território que dão prioridade à agricultura familiar e procuram atender da melhor forma possível este público. Porém, os agricultores familiares reclamam que o número de técnicos destas empresas, não conseguem atender plenamente a demanda por ATER no território).

A EMBRAPA com sede no município de Dourados está iniciando um programa de conversão da agricultura química para a agricultura orgânica. Segundo o Dr. Mário Urchei, diretor daquela unidade, este sistema vai dar subsídios àqueles agricultores que querem fazer uma transição de sua atual forma de produzir com uso de agrotóxicos e defensivos químicos para uma produção onde não haja uso de nenhum. Desde o início da conversão até a certificação e comercialização dos produtos advindos da agricultura orgânica. Produção animal e vegetal estão contemplados nesta proposta e técnicos já estão sendo contratados para dar início ao projeto e conta com apoio do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Durante oficina territorial os participantes foram estimulados a listarem as instituições de apoio existentes no território e apontar seus pontos fortes e seus pontos fracos. A tabela 10 mostra o resultado do trabalho.

Tabela 10 - Instituições do território Grande Dourados listadas pelos agricultores.

Instituição/município	Área de atuação	Pontos fortes	Pontos fracos
EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Pesquisa de Tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> •Estrutura física; •Material humano; •Bom nível conhecimento; •Tecnologias 	<ul style="list-style-type: none"> •Falta de pesquisa para produtor do programa familiar; •Dificuldade dos repasses das informações obtidas; •Déficit em tecnologia de informação para extensão a agricultura familiar; •Falta pesquisa para agricultura familiar, direcionamento e foco para agricultura familiar.
Escola Agrícola	Formação técnica de jovens Rurais; pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"> •Ensino profissionalizante dos jovens rurais •Projeto mandala; •Ensaio de variedades. 	<ul style="list-style-type: none"> •Falta de recurso financeiro
FAF Federação da agricultura familiar	A federação coordena 2.500 famílias em 20 acampamentos do Mato Grosso do Sul.		
IAGRO Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal	Controle sanitário	<ul style="list-style-type: none"> •Atuar no controle de doenças infecciosas. 	<ul style="list-style-type: none"> •Falta de atendimento ao pequeno agricultor
IDATERRA Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.	Assistência técnica	<ul style="list-style-type: none"> •Acesso aos produtores; •Profissionais capacitados e diversificados 	<ul style="list-style-type: none"> •Falta de infra-estrutura; •Quadro de funcionários insuficientes
MMC Movimento Mulheres Camponesas;	Apoio à formação das mulheres camponesas no campo	<ul style="list-style-type: none"> •Busca para formação do desenvolvimento na agricultura familiar 	<ul style="list-style-type: none"> •A falta de política pública com o movimento
SEBRAE	Capacitação e fomento	<ul style="list-style-type: none"> •Capacitação; assessoria p/ projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> •Poucas unidades
SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> •Capacitação de produtores 	<ul style="list-style-type: none"> •Atuação junto à agricultura familiar
STRs Sindicato dos trabalhadores Rurais	Organização e representação dos	<ul style="list-style-type: none"> •Representatividade 	<ul style="list-style-type: none"> •Disfunção da área de atuação (política de favorecimentos)

	trabalhadores		
UCDB Universidade Católica Dom Bosco	Cursos Universitários. Reserva indígena	<ul style="list-style-type: none"> •Atuam na área; •trabalham efetivo 	<ul style="list-style-type: none"> •Atinge poucas aldeias
UEMS Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.	Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> •Pesquisa em refe- rência ao meio ambi- ente 	<ul style="list-style-type: none"> •Falta de profissionais
UNIDERP Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da região do Pantanal.	Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> •Capacitação e aná- lise. 	<ul style="list-style-type: none"> •Convênio
Universidades	Cursos e Extensão rural	<ul style="list-style-type: none"> •Mão de obra; •Profissionais capa- citados. 	<ul style="list-style-type: none"> •Falta de estrutura física, econômica; •Déficit em tecnologia de informação p/ pequeno agricultor.

Fonte: Oficina Territorial.

Para um levantamento mais detalhado das instituições de apoio dentro do território foi feita uma pesquisa nos relatórios das oficinas territoriais oferecidas pelo MDA/SDT onde nestas oficinas, os participantes foram estimulados a listar as instituições que existentes no território. A Tabela 11 mostra as outras instituições existentes no território Grande Dourados.

Tabela 11 - Outras instituições existentes no território

INSTITUIÇÕES	
UNIGRAN	Universidade da Grande Dourados.
AESCA	Associação Estadual de Cooperação Agrícola - ATES
APOMS	Associação dos Produtores de Orgânicos de Mato Grosso do Sul
Banco do Brasil	Financiamento da produção
CMDR	Auxilio em todos os setores da produção dos agricultores familiares.
COAGRI	Cooperativa Agrícola
COOPAER	Cooperativa de Trabalho em Desenvolvimento Rural - Ater
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IMAD	Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento - OSCIP
INCRA	Infra-estrutura em assentamentos; organização fundiária.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
STRs	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

O INCRA oferece assistência técnica aos assentados através de convênio com empresas prestadoras de serviços existentes no estado. Em todos os municípios do território existe um escritório do IDATERRA - Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural que atende os assentamentos do INCRA bem como os agricultores familiares.

A CPT – Comissão Pastoral da Terra têm atuado em alguns municípios do Mato Grosso do Sul através de reuniões e mobilização dos agricultores para questões relacionadas a produção e a própria organização dos mesmos.

A CPT conta com dois grupos de trabalho localizados nos Assentamento Lagoa Grande e Assentamento Amparo, ficam aproximadamente 90 km da sede do município de Dourados, próximo existe o Distrito de Ithaum, a CPT vem acompanhado este dois grupos desde o início do Projeto de Manos.

De acordo com o relatório das atividades da no ano de 2004, o Assentamento Lagoa Grande. Com 156 famílias, e o Assentamento Amparo com 56 famílias estão próximo um do outro cerca de 18 km.

Mas em um raio de 40 km, existem outros assentamentos, inclusive os Itamarati 1 e 2 que estão localizados em Ponta Porã. O primeiro, com 1150 famílias, e o segundo em fase de implantação com mais 1250 famílias, neste assentamento existe uma infra-estrutura, mas ainda, pertence ao antigo dono da Fazenda Itamarati. Citamos algumas desta infra-estrutura: (aeroporto, mercado, posto de gasolina, hospital, escolas, silos, uma linha férrea que no momento esta desativada, um posto avançado do Idaterra, um posto de atendimento do Banco do Brasil), os assentamentos Itamarati estão localizados no Município de Ponta Porá.

Ainda nesta mesma região existem outros dois assentamentos bem menores, são: os assentamentos: Boa Vista e Nova Era, que somam 200 famílias. Este conjunto de assentamento nesta área pode tornar-se um novo município, ninguém têm duvida que para os dois Assentamentos atendidos pela CPT, a elevação desta região para município trará enormes benefícios.

Os Assentamentos lagoa Grande e Amparo estão se firmando como importante bacia leiteira do Município de Dourados, têm incentivo da prefeitura local e

do órgão de assistência técnica Idaterra, quanto à agricultura e pouco praticado devido ao solo arenoso. Dentro do assentamento existem vários grupos organizados em torno dos resfriadores de leite.

O local é servido por ônibus da iniciativa privada três vezes por semana, o valor da passagem está bem acima, mas as pessoas que não possuem carro ficam sujeitas a este meio de transporte, por ser o único.

3.3 ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE SISTÊMICA E DA QUALIDADE DE VIDA DO TERRITÓRIO

3.3.1 Aspectos básicos sobre o capital social no território da Grande Dourados.

A. Aspectos metodológicos

Durante o processo de elaboração deste trabalho e principalmente no contato com os agricultores familiares durante as entrevistas, alguns aspectos do território ficaram mais evidenciados que outros e a título de sugestão para o colegiado territorial, indicaremos o que mais nos chamou a atenção e que possa ser alvo de uma atenção mais apurada.

Produtos da agricultura familiar

O levantamento dos produtos da agricultura familiar no território mostrou que há uma diversificação de produtos, mas a produção ainda não representa uma segurança para o agricultor já que este depende muitas vezes de terceiros para comercializar seus produtos que fica com a maior fatia do valor produzido. Investir no conhecimento da economia na propriedade da agricultura familiar para saber o quanto esta movimentação de recursos pode revelar outras dinâmicas que não são tão evidentes quando se olha para esta atividade no âmbito do território.

Esta visão mais detalhada da economia das propriedades pode indicar caminhos novos para o produtor e para a dinamização da economia territorial.

Comercialização

O produtor familiar no território Grande Dourados, durante as entrevistas feitas, tem apontado uma falta de alternativa para comercializar seus produtos. A venda do que ele produz geralmente é feita a figura do “atravessador” que compra os produtos de vários produtores fazendo assim volume e com isso conseguindo preços melhores. Iniciativas de comercialização já existem no território como é o caso das feiras dos produtores que levam seus produtos para serem comercializados nos centros urbanos, mas esta iniciativa ainda está longe de ser a alternativa pra comercialização dos produtos da agricultura familiar no território. Existe demanda pelos produtos principalmente nos centros urbanos maiores porém o produtor ainda não tem os meios necessários para a venda direta ao consumidor final. Um trabalho mais aprofundado sobre as formas de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar poderá apontar alternativas para a comercialização como no caso de centrais de comercialização já existentes em outros lugares que facilitam a venda para o consumidor final e agrega valor ao produto.

Investimentos na Cadeia Produtiva do Leite

O investimento do PRONAF Infra-estrutura – atual PROINF – nos últimos dois anos tem sido praticamente todo para a cadeia produtiva do leite. A compra de resfriadores de leite com certeza agrega qualidade ao produto e garante melhor preço ao produtor familiar, mas até que ponto isto representa uma melhoria real na qualidade de vida do produtor vai depender de um estudo mais detalhado desta cadeia produtiva que deverá levar em consideração não só o aspecto do aumento da produção, mas também, quanto do valor do produto fica com o produtor e o quanto este tem poder decisório sobre as várias fases do processo produtivo desde a propriedade até o consumidor final.

Associativismo e cooperativismo

Uma das formas de se fortalecer o seguimento da agricultura familiar vem sendo o fortalecimento do associativismo e cooperativismo neste meio. No território existe um número razoável de associações e entidades que congregam os produtores, porém a maioria age de forma isolada uma das outras, cada uma buscando resolver “seu” problema sem enxergar entidades que possam estar desenvolvendo ações no mesmo sentido. A maior parte das entidades do território sur-

giu a partir de necessidades comerciais ou para resolver problemas enfrentados por um grupo particular e de produtores e enquanto persistirem os problemas, elas continuam a atuar porem muitas vezes, com as dificuldades enfrentadas há um esvaziamento o que torna a participação dos produtores muito pequena. Os Sindicatos Rurais existentes procuram cumprir sua função de agregação e busca de solucionar os problemas enfrentados pelos produtores, mas, nem todos querem ou participam das ações desta entidade ficando muitas vezes a margem do processo.

Uma forma de fazer com que o agricultor tenha mais poder de decisão é proporcionar espaços onde as várias entidades que representam os agricultores familiares no território possam descobrir possibilidades de sinergia nas ações. Isso fará com que o ambiente seja mais rico de idéias e oportunidades para o todos já que a diversidade pode trazer idéias inovadoras.

Estudo de casos positivos

É certo que no território e em outras partes do país há casos positivos na agricultura familiar. Buscar estes casos para se compreender como foram implantados ou como produtores de forma isolada conseguiram garantir uma melhor qualidade de vida a partir de suas atividades, pode gerar conhecimento no sentido de reproduzir estas idéias e fazer chegar ao conhecimento de outros produtores.

Assistência técnica

O estado de Mato Grosso do Sul conta com empresas que dão assistência técnica aos produtores familiares e no território cada município possui um escritório do IDATERRA que é o órgão do governo do estado voltado para esta atividade. A infra-estrutura que os técnicos tem disponível para fazer seu trabalho nem sempre é suficiente para garantir um bom atendimento a todos os agricultores e muitas vezes esses mesmos técnicos trabalham na sua maior parte do tempo elaborando projetos para acesso a credito aos produtores conforme a demanda, tendo pouco tempo para assessorar os produtores no acompanhamento da produção de forma mais eficaz.

Geralmente, os técnicos atendem os produtores conforme a demanda e em alguns municípios a demanda é maior que a capacidade técnica para atender. Criar condições para se repensar o modelo de assistência técnica hoje oferecida

e encontrar outras formas de apoio ao produtor familiar no território é um desafio que em algum momento os atores sociais terão que fazer.

População Indígena.

No território Grande Dourados, estima-se que vivam mais de 15.000 índios divididos em algumas etnias, estes representam mais de 30% da população indígena do estado e, nas oficinas oferecidas pela SDT/MDA no território não encontramos representantes desta população participando da mesma e tão pouco foram lembrados pelos diversos atores presentes. Em entrevistas com atores locais, principalmente técnicos e agricultores familiares que tem contato mais direto com esta população, pudemos perceber a ausência de interesse dos interessados pela inclusão dos indígenas no processo territorial. O desafio da SDT para a inclusão da população indígena remanescente no território terá que ser conduzido de modo a levar em consideração as características culturais deste povo. Já que tentativas anteriores neste sentido, não vem apresentando resultados satisfatórios, haja vista as condições atuais em que vivem, chegando a ser alvo de notícias a nível nacional e internacional. A criação de um grupo específico para lidar com as questões indígenas dentro da SDT pode se tornar uma fonte rica de aprendizado para todos, e principalmente, pode apontar caminhos para a inclusão da população indígena na sociedade produtiva do território.

Outros

Quais os rumos que a agricultura familiar no território Grande Dourados vai tomar no futuro, dependerá grandemente da capacidade de sua sociedade, e principalmente os Agricultores Familiares em se organizar e de enxergar a questão territorial como uma forma nova e com muitas possibilidades para a dinamização de sua economia. A partir do momento que a concepção de território chegar a todos os seguimentos da sociedade e esta começar a enxergar possibilidades além das fronteiras municipais poderá surgir uma nova força no sentido de alavancar o seu desenvolvimento.

Municípios isolados tem menos chances de conseguir dar impulso ao desenvolvimento em todos os setores de sua sociedade e o trabalho no território pode trazer benefícios a todos. A seguir listamos outros itens que em algum momento o território deverá se debruçar para melhor compreendê-los. Iniciativas

neste sentido já estão acontecendo em pontos isolados do território e cada vez mais pessoas e entidades estão se atentando para fatores além da simples produção.

- Formação de um banco de dados territorial
- Melhorar a comunicação entre as entidades existentes no território.
- Ampliar o conhecimento do território a toda população.
- Cursos de gestão para agricultores familiares

B. Quadro Resumo

O Quadro 3 apresenta o resumo com as principais problemas e potencialidades sobre o território da Grande Dourados. Nesta tabela são apresentadas as informações consideradas mais importantes e que serão utilizadas diretamente para a construção das propostas de desenvolvimento no território da Grande Dourados.

Quadro 3. Principais problemas e limitações do território.

Os Principias Problemas	
Dificuldades para comercialização da produção.	A deficiência do sistema de armazenagem e secagem de grãos têm gerado enormes prejuízos para o pequeno produtor pelo fato de não poderem esperar a época certa para colocar no mercado a sua produção.
Alto custo dos insumos para o pequeno produtor.	O frete e a comercialização em regime de monopólio tornam o preço dos insumos alto, principalmente, para o pequeno produtor.
Inadequada utilização do solo pela ocupação excessiva da pecuária.	É muito comum a terra com potencial para agricultura ser usada para pastagem. Esse procedimento, ancorado na tradição, é um limitador do aumento da produção de grãos na região.
Crédito bancário incompatível com a realidade do pequeno produtor.	O pequeno produtor têm encontrado sérias dificuldades para ter acesso ao crédito junto a rede de bancos, na expressiva maioria pelo excesso de burocracia e falta de informação específica.

<p>Limitada verticalização da cadeia produtiva.</p>	<p>A economia é centrada na produção primária, especialmente em lavouras anuais e bovinocultura de corte, com baixo nível de diversificação e verticalização. A expressiva maioria dos produtos é exportada in-natura,</p>
<p>Precariedade das estradas e dependência do transporte rodoviário.</p>	<p>É de quase 100% a dependência da região do transporte rodoviário. O ramal ferroviário da Novoeste, depois de privatizado, desativou as principais estações de embarque de mercadorias e de passageiros. Em épocas de chuva, as estradas vicinais, na sua expressiva maioria sem asfaltamento, ficam praticamente intransitáveis. É importante destacar ainda que as rodovias são, no geral, mal sinalizadas e sem acostamentos.</p>
<p>Insuficiência da oferta e alto preço da energia elétrica .</p>	<p>O preço da energia é considerado alto e a distribuição é precária na região.</p>
<p>Concentração de renda.</p>	<p>Nos últimos 30 anos, a região da Grande Dourados vivenciou forte concentração da sua renda, ancorada num modelo político, econômico e social profundamente concentrador, gerando, conseqüentemente, alta exclusão social expressando níveis de pobreza.</p>
<p>Baixo exercício da cidadania , incluindo comodismo e descompromisso da população.</p>	<p>A comunidade da região carrega forte carga de comodismo e descompromisso que se expressa no baixo exercício da cidadania, isto é, na precária organização da sociedade civil.</p>
<p>Baixo nível de escolaridade da população.</p>	<p>Embora a região apresente uma rede escolar física moderna, é baixo o nível de escolaridade. Esse fato, na prática, compromete de certa forma as possibilidades de desenvolvimento regional, face as necessidades do processo de verticalização e diversificação da cadeia produtiva, que entre outras coisas exige mão-de-obra com conhecimentos gerais capaz de absorver rapidamente técnicas e habilidades do mundo produtivo atual.</p>
<p>Sistema de ensino pouco adaptado à realidade econômica e cultural, não contêmplando temática ambiental acarretando desvalorização da cultura.</p>	<p>O sistema de ensino regional, até por falta de tradição histórica, não têm contêmplado, no essencial, têmaticas econômicas, culturais e ambientais sobre a região. Esse fato, entretanto, contribui decisivamente para a perda paulatina dos valores culturais da região. Por outro lado, inibe a reflexão sobre a importância do crescimento econômico sustentável.</p>
<p>Exclusão social, com alta taxa de desemprego.</p>	<p>Embora não existam números oficiais, é alto o desemprego na região, fruto entre outras coisas do processo de recessão econômica que o país vivencia, com reflexos profundos para as economias ancoradas no setor primário. O desemprego, aliado ao fim de parcela significativa da pequena produção, incorporada pela grande, têm alimentado o processo penoso de exclusão social.</p>
<p>Baixa capacidade de gestão dos pequenos proprietários, estando desorganizados e desestimulados.</p>	<p>É baixa a capacidade gerencial dos pequenos produtores. A cultura tradicional ancorada nos costumes e no indivíduo, em detrimento da coletividade, têm se revelado ineficiente nesses tempos de “globalização” que exige cada vez mais alternativas coletivas para o sucesso do empreendimento.</p>
<p>Deficiência da assistência técnica, extensão, geração e difusão de tecnologia, acarretando tecnologias inadequadas e inacessíveis ao pequeno produtor.</p>	<p>Em que pese a existência de vários órgãos de pesquisa na região: EMBRAPA, IDATERRA, Universidades, entre outros, o pequeno produtor, no geral, continua cultivando sua terra com tecnologias superadas, tendo prejuízos, pois o processo de difusão da pesquisa gerada nos laboratórios demora contemplar o pequeno produtor</p>

Baixo nível de organização dos segmentos sociais.	A sociedade civil da região da Grande Dourados apresenta nível de organização política e social baixo.
As Principais Potencialidades	
Áreas disponíveis para reforma agrária.	As terras são férteis, planas e abundantes e existe uma forte tradição da pequena produção na região. Atendem fisicamente aos requisitos e exigências do processo de reforma agrária, no entanto, na sua maioria estão legalizadas.
Presença de grande quantidade de pequenos produtores familiares e assentamentos.	Desde o ano de 1942, oportunidade em que o então Presidente da República, Getúlio Vargas, implantou a Colônia Agrícola de Dourados, a região passou a contar com a presença marcante do pequeno produtor, responsável direto por parte importante dos alimentos que abastecem os mercados municipais. Merecem destaque as experiências de Dourados e Fátima do Sul, e mais recentemente os assentamentos de Rio Brilhante, Maracaju e Nova Alvorada, além das aldeias indígenas.
Alto nível tecnológico da bacia leiteira.	A bacia leiteira regional possui elevado nível tecnológico e organizacional, sendo capaz de produzir com competitividade e atender às demandas interna e de outros municípios, inclusive o da capital do estado. O sistema de produção apresenta-se integrado em torno dos laticínios, e os produtores dominam o conhecimento tecnológico do processo.
Existência de órgãos de assistência técnica.	Além das universidades, a região conta com instituições voltadas para pesquisa e assistência técnica, como a Fundação de Pesquisa Vegetal Integrada, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Fundação para Pesquisa e Difusão de Tecnológica Agropecuária de Mato Grosso do Sul e o IDATERRA.

Fonte: SEPLANCT..

C. Questões relevantes

O território Grande Dourados é formado por pessoas de diversas origens. Índios, ex-escravos, gente de todas as regiões do país que lutaram na Guerra do Paraguai e que permaneceram na região depois que ela acabou, imigrantes japoneses e pessoas vindas do sul e do nordeste do país nas décadas de 50 e 60 atraídos pelas terras férteis e baratas, este contingente humano é formador da população do território.

O agricultor familiar procura se organizar conforme seus interesses, porém o interesse econômico é o que mais têm motivado a associação entre eles. Quando a atividade econômica que motivou a criação da entidade não corresponde às expectativas para a qual foi criada, observa-se um esvaziamento na participação dos seus membros. Em entrevistas com presidentes de sindicatos e associações

existentes no território é comum a referência a falta de participação dos associados nas assembleias dessas organizações. Existe uma importante entidade deste tipo que é uma associação que congrega produtores de mel na região do município de Dourados.

Todos os municípios do território Grande Dourados já têm constituídos os CMDRs - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, e enquanto alguns ainda estão muito ligados a administração municipal, outros começam a ter uma participação mais expressiva dos agricultores familiares.

O CMDR de Caarapó é bastante atuante e já conta com uma boa organização, trabalhando dentro do conceito de território e conseguindo negociar com o poder público nas questões da agricultura familiar. A pessoa que está a frente do Conselho vem trabalhando para sensibilizar outros produtores da importância das ações territoriais.

Outra iniciativa de destaque dentro do território é a APOMS – Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul. Em 1998 começaram as primeiras discussões sobre produção orgânica e em 2002 com o apoio do IDATERRA – (Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural), foram realizados encontros e palestras sobre o assunto dando início a organização de alguns produtores de Glória de Dourados que hoje já conta com produtores de outros municípios que estão formando uma rede de agroecologia.

A iniciativa vem despertando o interesse de outros produtores inclusive de municípios de fora do território. Hoje já existem cinco núcleos sediados no município de Dourados, Itaquiraí, Ivinhema e Glória de Dourados. Um dos objetivos da APOMS é estabelecer a certificação orgânica participativa onde os produtores “certificam” os outros de que ele é produtor orgânico, evitando assim que tenha de vir uma instituição de fora para dar a certificação aos produtores.

Os produtores de Glória de Dourados já possuem certificação orgânica fornecida por uma empresa certificadora de São Paulo. É importante destacar que só produtores da APOMS que têm certificação é que podem comercializar os produtos como orgânicos. Por enquanto só os Associados de Glória de Dourados têm a certificação. Os produtos com certificação orgânica hoje são o café e a mandioca, segundo representantes da APOMS há uma demanda por este tipo de

produto no mercado que não esta sendo suprida pela produção atual, abastecendo apenas o mercado local. Foi também identificada a necessidade de se produzir a soja orgânica que seria utilizada principalmente na produção de ração.

Em todos os municípios há algum tipo de organização que contempla a atividade da agricultura familiar, em alguns estas instituições estão organizadas e contam com uma relativa participação dos associados, em outras elas carecem de maior apoio para cumprir o papel de espaço público e político para servir a agricultura familiar.

Foi observada a existência de várias feiras dos produtores que comercializam os produtos da agricultura familiar, apesar disto é freqüente a referência a falta de uma central de comercialização no território para poder dar maior organização e poder de barganha com os mercados locais no sentido de comercializar produtos oriundos especificamente da agricultura familiar.

Quando necessita de mobilização para encontros ou oficinas em outros municípios, os Agricultores Familiares geralmente contam com o apoio do IDATERRA - Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural que disponibiliza o transporte para os interessados. O IDATERRA também é quem faz a comunicação de eventos que acontecem dentro do território e uma das necessidades dos movimentos sociais é encontrar outros meios de comunicação para que se possa socializar as informações.

Durante entrevistas feitas com produtores, presidentes de associações e sindicatos do território Grande Dourados pode ser observado que apesar da grande diversidade e quantidade de instituições do agricultor familiar, estas atuam de maneira isolada e ainda não têm um espaço comum para tomada de decisões e o principal motivo de sua criação é a comercialização dos seus produtos. Além do CMDR e dos STRs, não foi detectada nenhuma entidade criada por produtores familiares com o objetivo de discutir e propor alternativas para a Agricultura familiar dentro do território.

A criação da CIAT – Comissão para Implantação das Ações Territoriais do território Grande Dourados pode se constituir neste espaço e dinamizar o processo participativo do agricultor familiar na região.

De acordo com dados da FUNAI – Fundação Nacional do Índio habitam no território da Grande Dourados 15.631 índios, 35,37% da população indígena do estado estimada em 32.519. Eles estão divididos em nove aldeias localizadas nas cidades de Dourados, Caarapó, Juti e Douradina, ocupando uma área total de 21.274 hectares, equivalente a 3,44% dos 617.593 mil hectares de terras ocupadas pelos indígenas de Mato Grosso do Sul. Formam essa população as etnias Guarani, Kaiuá e Terena.

A situação dos índios da região é de profunda pobreza. Não são poucos os casos de mendicância nas ruas, alcoolismo, fome, doença, prostituição e suicídios. Dados da FUNAI indicam que nos últimos 14 anos registraram-se 308 suicídios de jovens com idade entre 12 e 14 anos em MS, sendo que a expressiva maioria das vítimas habitava a região da Grande Dourados.

Embora não existam estudos conclusivos, autoridades da FUNAI creditam as dificuldades que os índios vivenciam nos últimos anos, principalmente a questão dos suicídios, à falta de terras para trabalharem e viverem dignamente e de políticas que proporcionem a essas comunidades o acesso pleno à educação, saúde, lazer, bem como valorização da sua cultura que paulatinamente estão perdendo.

Atualmente com as recentes notícias de elevado índice de mortes de crianças indígenas por desnutrição, o governo federal está fazendo um esforço no sentido de priorizar ações que possam mudar a realidade em que vive aquele grupo.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial reconhece a população indígena como alvo de suas ações e necessita, em algum momento, desenvolver ações específicas para este público, já que este grupo apresenta características próprias que se não tratadas com maior cuidado, pode vir a inviabilizar os resultados que a Secretaria espera.

Um dos desafios que o território tem que enfrentar é como criar condições para que a população indígena seja inserida no processo produtivo e ter acesso aos meios para garantir sua segurança alimentar.

A partir de 2003 o governo do estado e o INCRA estão realizando o cadastramento das populações remanescentes de quilombos no estado que recebeu um número considerável de mão de obra escrava na época do Brasil Império,

muitos fugiram para regiões antigamente remotas. No estado todo já foram detectadas 12 comunidades remanescentes de quilombos, porém somente em duas delas o INCRA está atuando efetivamente.

Tabela 12 - Comunidades Negras Rurais do Estado de Mato Grosso do Sul.

Nome da comunidade	Município	Nº Famílias
Comunidade dos Cardoso	Nioaque	12
Comunidade dos Gonçalves	Maracaju e Nioaque	22
Comunidade dos Pretos	Terenos	6
Comunidade Picadinha	Dourados	6
Comunidade Família Bispo	Sonora	6
Comunidade Família Quintino	Pedro Gomes	15
Comunidade Santa Tereza ou Malaquias	Camapuã	40
Furnas dos Baianos	Aquidauana	21
Furnas da Boa Sorte	Corguinho	40
Furnas do Dionísio	Jaraguari	80

Fonte: Idaterra 2003 - Instituto de Desenvolvimento da Terra/SDA/MS.

Até o ano de 2005 somente 6 famílias de quilombolas haviam sido identificadas no território Grande Dourados vivendo numa comunidade denominada Picadinha.

4. VISÃO DE FUTURO

O Quadro 13 contém a expressão do desejo; a definição de como e onde quer estar o território da Grande Dourados em um espaço temporal de cinco anos. Originado de um exercício coletivo dos atores sociais, como se fosse um sonho coletivo, traz a concepção ou imagem do que desejam alcançar ou obter no espaço-tempo determinado.

É com base nessa visão de futuro que o território definiu o que quer, o

que fará, com quem contará, enfim, definiu o que deverão providenciar (a planificação) para alcançá-lo. A visão de futuro antecipa possíveis desdobramentos da ação racional e organizada dos atores sociais do território sobre a sua realidade e seu contexto, expressando o seu desejo de mudança enquanto segmento da sociedade que se define como agricultura familiar.

A visão de futuro portanto, torna-se um instrumento fundamental para dimensionar as possibilidades de realização do desejo territorial, contribuindo na orientação do diagnóstico, na definição dos objetivos específicos, metas e estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

Com base na visão de futuro, o território tem condições de iniciar o seu processo de planejamento estratégico, pois concebeu coletivamente o que quer, gerando uma imagem de como estará quando chegar no prazo que determinou. Este momento foi indispensável para que o território pudesse dar início ao seu planejamento. Observaram-se as condições internas do território, suas potencialidades, dificuldades e o contexto sócio-político organizativo, bem como a forma de interação dessa perspectiva com as condições futuras do contexto externo. Esta confrontação do endógeno (condições internas) com o exógeno (contexto externo) permitiu definir um cenário desejado plausível.

O território no exercício de construção de sua visão de futuro determinou como poderão controlar as ações e não ficar a revelia de qualquer mudança de rumo, pois possui claro o lugar para onde querem ir e o estado que querem alcançar.

A função da visão de futuro é não ver os problemas, nem as dificuldades; mas sim as oportunidades internas e externas que o território terá para transformar em sucesso sua ação no presente.

Enfim é a expressão do sonho coletivo dos atores sociais do território para uma vida melhor, de um cotidiano transformado e melhorado, com os interesses coletivos devidamente expressos; grupos e segmentos interessados devidamente representados e comprometidos.

Quadro 13 - Visão de Futuro do território da Grande Dourados.

--	--	--

SONHOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	RESULTADOS ESPERADOS
<p>Produzir em harmonia com a natureza</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Gestão dos resíduos rurais e urbanos; -Recolhimento de vasilhames de agrotóxicos; -Promover a gestão sustentável em microbacias hidrográfica; -Reflorestamento das cabeceiras e margens dos riachos e rios; -Promover a educação ambiental; -Reciclagem de resíduos; -Coleta seletiva do lixo; -Firmar Parcerias e convênios para implantação de aterros sanitários intermunicipais; -Descentralizar/ampliar os pontos de coleta de embalagens de agrotóxicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção da fauna e da flora - Produção auto-sustentável - Qualidade de vida
<p>Fortalecer a produção agroecológica no Território</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Sensibilizar o produtor familiar para a produção orgânica; -Adubação orgânica; -Implantação de biodigestores; - Usina de compostagem; -Despertar a consciência de preservação através de capacitações, divulgação e incentivos a produção e consumo de produtos orgânicos; - Uso sustentável dos recursos renováveis e não renováveis. 	<p>Diversificação da produção; Manejo sustentável de recursos naturais.</p>
<p>Diversificação da Produção e da Renda</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Instalação e ampliação da piscicultura, apicultura, avicultura, SAFs...; -Agroindústria familiar; -Agroindústrias Territoriais -Incentivar e fortalecer o associativismo e o cooperativismo; -Beneficiamento da matéria-prima -Elaborar estudo de mercado; -Definir produtos e organizar cadeias produtivas. 	<p>Diversificação da produção e manejo integrado da unidade de produção familiar.</p>
<p>Promoção da Educação básica (comunidades rurais e indígenas)</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Educação básica do campo (política de Estado) ; -Fortalecer e ampliar a Pedagogia da Alternância; -Apoiar a educação indígena bilíngüe e intercultural; -Formar professores das comunidades (rural e indígena) p/ atuar nas escolas da zona rural e indígena; -Construir currículo diferenciado com a participação efetiva da comunidade rural e indígena; -Infra-estrutura; -Salários dignos; -Facilidade de Acesso à escola /transporte 	<p>Fortalecer metodologias de educação do campo e ampliar as experiências que já existem nesse sentido; Incentivar a permanência do jovem no campo.</p>

	-Repensar a grade curricular- Capacitação.	
Programa Territorial de Capacitação	-Para o desenvolvimento: produtivo e tecnológico, gestão social, segurança alimentar, diversidade cultural, artesanato local, comercialização -Lazer e alfabetização; -Assessoria e/ou Assistência técnica	Articular oferta e demanda de capacitação. Capacitação a serviço de uma estratégia de desenvolvimento humano.
Promover ações afirmativas de inclusão social e econômica (gênero, etnia, jovens, terceira idade, quilombolas...)	- Apoiar o debate sobre economia solidário, mercado eco-solidário, mercado justo;	Contemplar as diversas visões de desenvolvimento sustentável existente no território.
Gestão social da Infra-estrutura do PRONAF existente no Território	- Articular ações de viabilização social dos investimentos já realizados nos diversos municípios que compõem o território.	Fortalecer a gestão social através do monitoramento e discussões sobre a função social das infra-estruturas produtivas e sociais existentes no ter
Promover sistemas alternativos de armazenamento e comercialização	-Armazéns coletivos ou intermunicipais; -Redes solidárias de comercialização	Fortalecer o sistema territorial de armazenagem e comercialização do território
Promover a Reforma Agrária no Território	-Levantamento da demanda social para reforma agrária e reordenamento agrário.	-Cumprir a função social da terra
Melhoria das condições de saúde no Território	-Saneamento básico rural -Instalar e equipar os Programa de Saúde Familiar Rural; -Fortalecer a medicina alternativa e preventiva; -Capacitar agentes -Campanhas preventivas DST/AIDS, alcoolismo, dependência química -Combate à prostituição infantil.	Qualificar a oferta de serviços públicos essenciais no território.

5. EIXOS INTEGRADORES

Os eixos integradores construídos pelo território da Grande Dourados nortearam o processo de construção do PTDRS de forma didática através da sistematização e organização das propostas oriundas das forças vivas do território (atores sociais). Objetivou-se dessa maneira formar um conjunto articulado de diretrizes e prioridades convergentes para o PTDRS, levando em

consideração as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável. Essas dimensões foram determinadas a partir das percepções dos atores sociais do território. O território da Grande Dourados definiu assim os seus eixos aglutinadores:

- I. Ambiental
- II. Sócio-cultural
- III. Econômico

A base da definição e construção dos eixos foi a visão de futuro que os atores sociais dos territórios construíram ao longo do processo de gestão social oportunizado pela SDT em forma de oficinas, cursos e seminários.

A partir dos eixos foram definidos e estruturados os projetos setoriais e específicos. Esses projetos estão amarrados entre si nos diferentes eixos aglutinadores e devem responder as demandas específicas do território.

6. PROJETOS ESTRATÉGICOS (ESTRUTURANTES)

Com base nas discussões da Tabela 13, o colegiado territorial, aprimorou e sistematizou ao longo das oficinas territoriais e reuniões do colegiado as seguintes estratégias prioritárias (Tabela 14).

Tabela 14 - Ações, Programas e Linhas prioritárias.

EIXOS PRIORITÁRIOS	AÇÃO ESTRATÉGICA	PROGRAMAS PRIORITÁRIOS	LINHAS PRIORITÁRIAS
Ambiental	Planejamento de Microbacias e Saneamento Ambiental	1. Zoneamento sócio- econômico e ecológico	a) Diagnóstico participativo sócio-ambiental; b) Elaborar mapas da aptidão dos solos, cobertura vegetal e de áreas degradadas.
		2. Proteção e recuperação dos recursos naturais	a) Criar os Conselhos Municipais de Meio-Ambiente b) Mapear e preservar as reservas legais e áreas de reserva permanente; c) Implantar corredores ecológicos; e unidades de conservação; d) Recuperação e manejo dos solos degradados; e) monitorar o uso de agrotóxicos e a coleta embalagens agrotóxicos;
		3. Educação Ambiental	a) Sensibilização e mobilização social; b) Formação de produtores e das comunidades escolar rural e urbana.
		4. Agroecologia	a) Implantar módulos didáticos de agroecologia; b) Organização dos Produtores agroecológicos; c) Capacitar e formar a ATER em agroecologia
		5. Rede Mercadológica	a) Formação em administração; comercialização e marketing; b) Apoio à Consolidação de canais alternativos para produção

Sociocultural	<i>Planejamento Participativo Integrado</i>	1. Educação	a) Fomentar as Escolas Agrícolas de ensino médio (Pedagogia da alternância e a agroecologia); b) Programas para jovens e adultos em comunidades rurais.
		2. Saúde e Saneamento	a) Tratamento de esgoto, aterro sanitário e coleta seletiva de lixo; b) Firmar parceria com a Promotora do Meio Ambiente; c) Capacitar agentes de saúde no campo; d) Fomentar a medicina alternativa (fitoterapia).
		3. Habitação	a) Modelo de agrovilas contemplando a urbanística rural e o paisagismo no campo; b) Melhoria condições ambientais nos assentamentos (arborização, diminuição das temperaturas, Aumento de umidade do ar); c) Espaço de recreação ativa e passiva (lazer, parques rurais, circuitos ecológicos); d) Crédito para conclusão de casas inacabadas em comunidades rurais.
		4. Cultura	a) Ações de valorização humana e resgate da cultura regional; b) Fortalecimento da auto-estima; c) Valorização dos produtos e processos e eventos culturais (artesanato, culinária, costumes); d) Criar e oferecimento opções de lazer no campo;
Econômico	<i>Dimensões da sócio-economia solidária</i>	1. Verticalização da produção	a) Organizar a produção; b) Capacitação técnica por demandas; c) Incentivo ao associativismo e cooperativismo; d) Agroindustrialização da produção; e) Diversificação da produção; f) Fomentar o cooperativismo de crédito solidário; g) Criar centro de comercialização territorial.
		2. Infra-estrutura de Produção	a) Serviços básicos no campo; b) escoamento e comercialização; c) Agregação de valor (beneficiamento).
		3. Melhoria da capacidade de produção	a) Criar rede de informações de mercado; b) Criar selo territorial (qualidade e origem).
		4. Fomento das atividades não agrícolas	a) Mapear rota do turismo rural da agricultura familiar; b) Promover feiras locais e regionais de artesanato.

7. AGENDA DAS AÇÕES TERRITORIAIS

No ano de 2003 foram investidos recursos da ordem de R\$ 626.985,91 através do PRONAF - infra-estrutura. Foram 12 projetos voltados para a cadeia produtiva do leite, destes, 10 são para aquisição de resfriadores e os dois restantes no apoio a produção de leite, conforme Tabela 15.

Tabela 15 - Projetos do PRONAF Infra-estrutura 2003 no território.

Objeto	Município
Aquisição de 4 tanques resfriadores de leite 2000 litros e capacitação na cadeia produtiva do leite	Caarapó
Aquisição de Tanque de expansão p/ resfriamento de leite "in natura" cap. 1500 l e capacitação em bovinocultura de leite.	Deodápolis
Aquisição de 3 tanques de expansão cap. 2000 l e capacitação na bovinocultura de leite.	Douradina
Aquisição de tanques de resfriamento de leite cap. 2000 l e capacitação na cadeia produtiva de leite.	Dourados
Mini-Usina de pasteurização de leite p/ atender vendedores ambulantes de leite.	Dourados
Aquisição de equipamentos para apoiar a mini-usina de pasteurização de leite.	Fátima do Sul
Aquisição de 3 tanques de expansão cap. 2000 l e capacitação na cadeia produtiva de leite.	Glória de Dourados
Aquisição de Tanques resfriadores de leite cap. 2000 l e capacitação na cadeia produtiva de leite.	Itaporã
Aquisição de 3 Tanques de expansão cap. 2000 l e capacitação em cadeia produtiva de leite.	Jateí
Aquisição de 3 tanques de expansão com cap. De 2000 l e cursos de capacitação na bovinocultura de leite.	Juti
Aquisição de tanque de expansão para resfriamento de leite "in natura" cap 1500 l e capacitação em bovinocultura de leite.	Rio Brillhante
Aquisição de 3 tanques de expansão com cap. De 2000 l e cursos de capacitação na bovinocultura de leite.	Vicentina

Fonte: SDT/MDA 2004.

No ano de 2004 os investimentos do PRONAF – infra-estrutura foi de R\$ 511.199,70, onde foram contemplados todos os municípios do território. A maioria dos projetos foram para investimentos na cadeia produtiva do leite e na

diversificação da produção, conforme tabela abaixo:

Tabela 16 - Projetos do PRONAF Infra-estrutura 2004 no território

Objeto	Município
Capacitação técnico gerencial na bovinocultura de leite - aquisição de máquinas, veículos, carreta basculante para apoiar a bovinocultura de leite.	Caarapó
Aquisição de Tanques de expansão p/ resfriamento de leite cap. 400, 600, 1000, 1500 litros e capacitação de agricultores familiares.	Deodópolis
Capacitação técnico gerencial na bovinocultura de leite - aquisição de resfriador de leite.	Dourados
Capacitação em Piscicultura, Agroecologia (aquisição de kit biofertilizante, construção de sala de filetagem).	Fátima do Sul
Construção de um Centro de Múltiplo Uso para capacitação técnica dos agricultores familiares do território e dos membros da CIAT para apoiar a bovinocultura de leite e a capacitação com curso em Agroecologia seguido de uma visita técnica.	Glória de Dourados
Capacitação técnico gerencial na bovinocultura de leite (aquisição de iogurteira, equipamento para queijaria, caldeira vertical)	Itaporã
Capacitação na área de derivados de leite (aquisição de máquinas agrícolas)	Jateí
Capacitação técnico gerencial na bovinocultura de leite (aquisição de uma plantadeira)	Jutí
Capacitação gerencial na bovinocultura de leite (aquisição de veículo utilitário, aquisição de sêmen)	Vicentina

Os projetos em 2005 foram na ordem de R\$ 219.022,86 em infra-estrutura e R\$ 37.797,36 em custeio através do PROINF. Foram vinte e quatro projetos voltados para as ações de infra-estrutura e custeio no fortalecimento do eixo da gestão ambiental, educação e capacitação, conforme abaixo.

Tabela 17 - Projetos do PROINF 2005 no território

Objeto	Município
Aquisição de Equipamentos para Educação Ambiental	Todos
Construção e ou adequação de viveiros de mudas para recuperação ambiental de nascentes e matas ciliares	Todos
Desenvolvimento de um Diagnostico Ambiental do Território	Todos

Oficinas de capacitação técnica ao Núcleo Direito e Núcleo Técnico do CIAT do Território	Território
Visita técnica à ITAIPU-Binacional	Todos
Curso de aprimoramento técnico em gestão ambiental	Todos

Em 2006 os recursos foram na ordem de R\$ 263.264,06 em infra-estrutura e R\$ 13.510,10 em custeio através do PROINF. Foram vinte e cinco projetos voltados para as ações de infra-estrutura e custeio no fortalecimento dos eixos da gestão ambiental, educação do campo e capacitação, conforme abaixo.

Tabela 18 - Projetos do PROINF 2006 no território

Objeto	Município
Aquisição de uma motocicleta tipo trail 125CV Implantação de uma Unidade Demonstrativa Sistema <i>Mandala</i> Implantação de uma Unidade Demonstrativa de Sistema Agroflorestal	Caarapó
Aquisição de uma motocicleta tipo trail 125CV Implantação de uma Unidade Demonstrativa Recuperação Nascente	Deodápolis
Aquisição de uma motocicleta tipo trail 125CV Implantação de uma Unidade Demonstrativa Sistema <i>Mandala</i> Implantação de uma Unidade Demonstrativa de Sistema Agroflorestal	Douradina
Aquisição de uma motocicleta tipo trail 125CV Implantação de uma Unidade Demonstrativa Sistema <i>Mandala</i> Implantação de uma Unidade Demonstrativa de Sistema Agroflorestal	Dourados
Aquisição de uma motocicleta tipo trail 125CV Implantação de uma Unidade Demonstrativa Sistema <i>Mandala</i> Implantação de uma Unidade Demonstrativa de Sistema Agroflorestal	Fátima do Sul
Aquisição de uma motocicleta tipo trail 125CV Aquisição de uma Carreta distribuidora de calcáreo	Glória de Dourados
Implantação de uma Unidade de recebimento de embalagens de agrotóxicos	Itaporã
Implantação de uma Unidade Demonstrativa de Sistema Agroflorestal	Jateí

Aquisição de uma motocicleta tipo trail 125CV Implantação de uma Unidade Demonstrativa Sistema <i>Mandala</i> Implantação de uma Unidade Demonstrativa de Sistema Agroflorestal	Juti
Implantação de uma Unidade Demonstrativa Recuperação Nascente	Rio Brilhante
Aquisição de uma motocicleta tipo trail 125CV Ampliação do Viveiro de Mudanças p/ Recuperação Ambiental	Vicentina

8. CRÉDITOS

SDT > do Secretário ao Consultor Territorial

CEDRS > Presidente e Secretário Executivo

CIAT > Denominação, Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico

CREATIO/FCR

Outros > Comissão ou Grupo de Trabalho de elaboração

9. DATA E LOCAL

Campo Grande – Novembro de 2006